



Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017-2019



Apresentação



Desembargador **MARCO VILLAS BOAS**
Presidente

Na última década a Justiça Eleitoral do Tocantins conquistou reconhecimento público pela excelência de seus serviços, especialmente no que se refere à realização das eleições. Eleito presidente desta Corte, em 3 de julho de 2017, coube a mim, ao lado dos juízes eleitorais e servidores da Justiça Eleitoral, dar continuidade à nobre missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral no estado do Tocantins.

A missão da Justiça Eleitoral é sempre desafiadora e palpitante. Para levar a cabo este desafio, escolhemos uma equipe de servidores

experimentados para nos auxiliar na entrega de serviços de excelência à sociedade.

Nesses dois anos, fizemos todo o possível para manter a Justiça Eleitoral no patamar de excelência e honorabilidade que conquistou e se fez reconhecida ao longo de seus 30 anos de instalação. Para tanto, membros da Corte, juízes eleitorais, servidores e colaboradores, todos, sem exceção, desdobraram-se para realizar suas funções com eficiência e efetividade.

Assim, é chegada a hora de fazermos a entrega do que fora realizado durante esta gestão, que superou inúmeros desafios para aprimorar a democracia e assegurar aos cidadãos tocantinenses o pleno exercício dos direitos de cidadania.

Os relatórios de gestão, geralmente, são documentos estáticos. Este, entretanto, será inovador. Optamos por produzi-lo de forma mais dinâmica, nos moldes das boas práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), aliando a visão sobre o momento vivenciado à descrição viva e detalhada daquilo que transforma a organização: as ações, atividades e projetos desenvolvidos no Biênio 2017-2019.

A maturidade da governança da Justiça Eleitoral do Tocantins nos possibilitou realizar atos direcionados à consecução de novos avanços, com o aprimoramento da gestão estratégica, melhora do clima organizacional e da comunicação interna e externa, mais transparência e ampla modernização do Tribunal, sem descuidar do

essencial controle e otimização dos recursos disponibilizados à execução de nossa nobre missão.

Foram dois anos de intenso trabalho e de amadurecimento institucional, repleto de iniciativas e projetos inovadores que impactaram diretamente a sociedade tocantinense.

Valendo-nos da visão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), a de ser referência na educação política da sociedade, criamos um ambiente propício para que este Tribunal pudesse dialogar com cada grupo e setor da sociedade tocantinense, marcadamente multicultural, e estimular a participação democrática.

O diálogo com todos os segmentos da sociedade tocantinense, notadamente com os jovens, as mulheres e os povos indígenas, permitiu a abertura de novos horizontes para a participação política no processo de construção da democracia.

Dentre as ações e projetos desenvolvidos no período, merecem relevo os programas implantados em caráter permanente no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, quais sejam: Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do Tocantins, Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro – e Inclusão Política da Mulher: + mulher + democracia.

A educação para a cidadania é componente fundamental da Democracia, que orienta a habilitação dos cidadãos ao exercício da cidadania de fato, não apenas pela lei. As pessoas precisam

ser habilitadas a participar dos assuntos e decisões políticas do Estado de forma isonômica. Num Estado democrático, o agir em sociedade não deve estar circunscrito à opinião da maioria, uma vez que as minorias têm reconhecido o direito de opinar e de serem ouvidas em suas reivindicações, de modo a garantir que a igualdade e a liberdade de todos os cidadãos sejam efetivadas na prática.

A Gestão 2017-2019, imbuída nesses preceitos, empenhou-se para aproximar a Justiça Eleitoral do Tocantins aos cidadãos sob sua jurisdição, atuando diretamente para consolidar a democracia no nosso Estado por meio desses programas voltados à Educação Política da Sociedade.

Na atividade judicial, entre julho de 2017 e maio de 2019, ingressaram no 2º grau de jurisdição 1.422 processos; destes, 1.218 foram julgados. No período, o 1º grau recebeu 6.490 e julgou 8.971 processos, resultando em significativa baixa no acervo processual das zonas eleitorais, uma vez que o número de processos sentenciados superou a quantidade de novos distribuídos.

Entre as ações, atividades e projetos desenvolvidos no período, destacam-se os seguintes: inclusão sociopolítica dos povos indígenas; visitas às aldeias; acessibilidade; sustentabilidade; aquisição e instalação de mini usinas de energia solar; implantação do Sistema de Governança; revisão do Planejamento Estratégico; criação e execução do Programa de Gestão; garantia do Selo Ouro do Justiça em Números; recertificação do Tribunal no Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015) e no

Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE); efetiva implantação da Política e Metodologia de Riscos no Tribunal; aprovação e implantação do Plano de Comunicação; realização de mais de 100 ações de capacitação, totalizando mais de 800 horas e 496 participantes; oferecimento de 4 vagas de Mestrado por meio de parceria firmada com a Universidade Federal do Tocantins (UFT); garantia de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho para magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral; realização de concurso público; ambientação de novos servidores; atualização do programa de gestão por competências; pesquisa de clima organizacional; aprovação do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas; aquisição de totens para realizar pesquisas ao eleitor; terceirização de algumas atividades de apoio; realização, pela primeira vez e de forma pioneira, do pagamento de mesários, via ordem bancária; aquisição de 4 novos veículos, para melhor estruturar o apoio aos serviços eleitorais; também, de forma pioneira, aquisição de solução de hiperconvergência de armazenamento e processamento de dados, reestruturando o data center do Tribunal com o que há de mais moderno na área de tecnologia, criando ambiente de alta disponibilidade; aquisição de 172 mini microcomputadores e 60 notebooks; contratação de empresa de pesquisa e aconselhamento para garantir o aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação; aquisição de ferramenta de visualização e descoberta de dados com capacidade de inteligência de negócio de autoatendimento (self-service B.I.); desenvolvimento pela equipe de Tecnologia da Informação dos sistemas de pré-vistoria, automatiza SEREF, Meta PLS e Guia Médica online.

No que tange ao dever de realizar eleições, rememoramos que no início de 2018, com a

cassação do mandato do governador e vice-governador pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fomos demandados a planejar e executar as atividades para a realização das Eleições Suplementares num exíguo prazo de 60 dias. Aceitamos o desafio. Porém, parafraseando Carlos Drummond de Andrade, “no meio do caminho tinha uma greve. Tinha uma greve no meio do caminho”.

Em face da greve geral dos caminhoneiros, tivemos de encontrar uma saída urgente para contornar o desabastecimento de combustíveis que atingia todas as cidades do Estado às vésperas do pleito suplementar. Convidamos as forças de segurança para, estrategicamente, encontrarmos a saída necessária para promover o reabastecimento das cidades com combustíveis, a fim de que fosse garantido ao cidadão o direito de ir e vir e pudesse exercer seu direito de voto no pleito suplementar.

Assim, autorizamos que as forças de segurança escoltassem os comboios de caminhões com combustíveis da base de Porto Nacional para Palmas e, posteriormente, para todas as cidades do estado do Tocantins. O momento foi de tensão. Todavia, essa medida foi exitosa, pois permitiu que todas as cidades do Tocantins fossem reabastecidas de combustível três dias antes da realização do pleito, evitando prejuízos à programação logística das Eleições Suplementares para governador e vice-governador do Estado.

Noutra parte, não podíamos descurar da responsabilidade de realizar as Eleições Gerais 2018, primeiro e segundo turnos. Assim, todos os membros da Corte, magistrados, servidores e colaboradores trabalharam diuturnamente para que as Eleições Gerais igualmente atendessem aos primados de excelência, eficácia, eficiência e

efetividade.

O sucesso com a realização dos pleitos eleitorais de 2018 foi possível graças ao trabalho de excelência realizado no âmbito deste Tribunal, que é duplamente certificado (Certificações ISO 9001:2015 e PQJE) e há décadas vem desenvolvendo o processo de qualificação com um planejamento estratégico maduro e de qualidade, o que garante a estabilidade e segurança na coleta do voto do cidadão que exerce seu direito-dever com liberdade, livre de constrangimento e de qualquer atividade espúria no processo eleitoral.

Além disso, como parte da modernização do Tribunal, notadamente no que tange à virtualização e gestão dos processos, concluímos a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do segundo grau de jurisdição. Desde janeiro de 2018 o sistema opera em sua plenitude, quando passou a admitir a propositura e a tramitação de todas as classes processuais do segundo grau de jurisdição.

Agora, o próximo passo é levar o Sistema PJe às zonas eleitorais. A boa notícia é que a implantação do sistema no âmbito do 1º grau de jurisdição já foi autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, atendendo ao nosso pedido, incluiu o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins no projeto piloto de implantação do PJe 1º grau. De acordo com o cronograma estabelecido, a instalação do PJe nas zonas eleitorais do Estado está prevista para iniciar no segundo semestre de 2019.

De mais a mais, a gestão que se finda enfrentou um cenário de restrição orçamentária, decorrente da crise econômica por que passa o Brasil. Contudo, logrou êxito na racionalização, otimização e execução dos recursos disponíveis, de modo que, com a atuação responsável e esforço

hercúleo de todos, foi possível prosseguir de forma tranquila e equilibrada com o planejamento das ações do Tribunal. Chegamos ao fim do biênio com cerca de 96% de execução das ações propostas para o Programa de Gestão 2017-2019.

Os resultados positivos da Gestão, evidentemente, são reflexos das melhorias implementadas no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins na área de governança. Desde o Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – ciclo 2017 –, o programa de governança do Tribunal foi classificado com nível de maturidade Aprimorado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Resta-nos apresentar ao público interno e externo da Instituição estas e outras realizações desta Gestão no presente Relatório, que discorre resumidamente acerca das principais ações que marcaram o biênio 2017-2019, apontando os aspectos e motivos de cada uma delas.

Encerramos esta Gestão convictos de que as ações e os resultados alcançados neste biênio 2017-2019 deixarão legado às gestões vindouras.

Registramos os nossos sinceros agradecimentos aos juízes membros, magistrados, servidores e colaboradores desta Justiça especializada por todo o empenho, dedicação e zelo para com o serviço público, desempenhado com o mais alto grau de comprometimento e eficiência.

Agradecemos, sobretudo, a Deus por nos ter permitido, mais uma vez, empregar esforços para honrar e dignificar o compromisso selado com a comunidade tocantinense perante esta Instituição.

Sumário

CAPÍTULO 1 – PRESIDÊNCIA

Institucional	13
Desembargador Marco Villas Boas: Presidente do TRE-TO para o biênio 2017-2019	14
Composição do Tribunal Pleno	15
Composição Administrativa	15
Inclusão sociopolítica dos povos indígenas nas Eleições 2018.....	16
Visitas às Aldeias	18
Cartilhas Bilíngues	19
Resultados.....	21
Continuidade	21
Trinta anos de Instalação da Justiça Eleitoral do Tocantins.....	22
Comitê Gestor de Priorização do 1º grau fortalece ações nas Zonas Eleitorais	23
Acessibilidade	24
Sustentabilidade.....	26
Energia Solar	27
Resultados da Gestão	28

CAPÍTULO 2 – GESTÃO

Sistema de Governança e Gestão	33
Planejamento Estratégico	34
Programa de Gestão 2017-2019.....	34
Selo Ouro.....	36
Perspectivas para o Futuro.....	36
Qualidade no Processo Eleitoral	37
Auditorias do SGQ.....	38
Gestão de Riscos	39
Plano de Comunicação	40
Capacitações e Desenvolvimento	41
Saúde e Bem-estar.....	41
Qualidade de Vida no Trabalho	42
Ambientação de Novos Colaboradores	42
Concurso 2017	43
Gestão por Competência.....	43
Teletrabalho	43

Programa de Estágio	43
Pesquisa de Clima Organizacional.....	44
Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.....	44
Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.....	44
Trâmites Processuais	45
Processo Judicial Eletrônico	45
Registro de Candidaturas.....	45
Gestão Documental	45
Atualização do Acervo Bibliográfico.....	46
Arquivo Central	46
Editoração e Publicações	47
Jurisprudências.....	48
Aquisição de Totens de Pesquisa ao Eleitor.....	48
Terceirização de Serviços	48
Reformas Prediais	48
Pagamento de Mesários via Ordem Bancária.....	49
Novos Veículos.....	49
Atualização da Infraestrutura Tecnológica.....	49
Governança de TIC	50
Self-service B.I.....	50
Atendimentos Itinerantes	50
Simulado Nacional de Hardware	50
Distribuição das Urnas	50
Eleições Comunitárias	51
Novos Sistemas.....	51
Acompanhamento e Avaliação da Gestão.....	51
Análise Contábil e de Custos.....	52
Análise e Auditoria de Pessoal.....	53

CAPÍTULO 3 – CORREGEDORIA

Corregedoria Regional Eleitoral.....	57
Programa de Gestão da CRE-TO.....	57
Inspeções Ordinárias.....	59
Calendário de Inspeções	59
Metas do CNJ para o 1º Grau.....	60

Implantação do Sistema de Informações de Direitos Políticos (INFODIP)	61
Capacitações sobre o Sistema INFODIP.....	62
Compartilhando boas práticas.....	62
Apoio às Zonas Eleitorais.....	62
Novo Portal da Corregedoria Eleitoral.....	63
Curso Sistema de Apoiamento a Partido em Formação (SAPF).....	63
Provimentos da Corregedoria	63
Participação em Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais	64

CAPÍTULO 4 – OUVIDORIA

Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins	69
Eleição Suplementar	70
Atendimentos	70
Rede de Ouvidorias	70
Eleições Gerais.....	70
Programa de Fortalecimento das Ouvidorias	71
Audiência Pública sobre a Lei de Acesso à Informação.....	71
OuviZapEleitoral – Novo Canal de Comunicação	73
Colégio de Ouvidores	73
Participação em Encontro do Colégio de Ouvidores Eleitorais	74

CAPÍTULO 5 – ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros.....	79
Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro	80
II Jornada Eleitoral	81
Roda de conversa com a Justiça Eleitoral	82
Pós-Graduação <i>online</i>	82
Concurso de Redação.....	83
Mais Mulher Mais Democracia.....	84
Universitários na Justiça Eleitoral	85

CAPÍTULO 6 – ELEIÇÕES

Eleições 2018	89
Eleições Suplementares Municipais: Itacajá e Sandolândia.....	89
Eleição Suplementar 2018 para Governador e Vice-Governador	90
Planejamento da Eleição Suplementar.....	90
Entrevista coletiva.....	91

Comitê de Segurança Institucional	91
Preparação das urnas e logística de distribuição	92
Sistemas	92
Datas importantes.....	92
Propaganda Eleitoral.....	93
Plano de mídia	93
Plantão	93
Greve dos caminhoneiros.....	94
1º Turno	94
2º Turno	95
Planejamento das Eleições 2018 (1º e 2º turnos)	97
Eleições 2018	98
Segurança nas Eleições	99
Segurança durante votação nas aldeias indígenas	99
Tecnologia	99
Novidades no Registro de Candidatura	100
Julgamento dos registros de candidaturas	100
Orientações sobre Prestação de Contas	101
Capacitação e orientações relativas ao pleito.....	101
Treinamento de mesários.....	102
Segurança da Informação e o combate à Fake News	102
Visita de representantes da plataforma WhatsApp.....	103
Cartilhas Informativas	104
Auditoria da Votação Eletrônica.....	104
Segurança das Urnas foi ampliada com auditoria em tempo real.....	105
Campanhas Institucionais	106
Dia da Eleição	107
Plebiscito define novo nome para a cidade Fortaleza do Tabocão	108
Prestação de Contas	109
Avaliação das Eleições 2018.....	109
Planejamento Integrado das Eleições 2020	110





PRESIDÊNCIA

Institucional

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) foi instalado em 17 de fevereiro de 1989. Sua estrutura organizacional pode ser percebida de duas formas: uma visão hierárquico-funcional a partir da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão transversal, a partir do entendimento dos macroprocessos de negócio, organizados na forma do seu Sistema de Gestão da Qualidade. Essas duas divisões matriciais são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para o desenvolvimento das atividades institucionais.

As competências das unidades que compõem a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- Regimento Interno (Resolução TRE-TO nº 282/2012);
- Regulamento da Secretaria (Resolução TRE-TO nº 116/2007);
- Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC), ligado à Ouvidoria Eleitoral (Portaria da Presidência nº 20/2015);
- Os comitês, comissões e núcleos ligados à Presidência fazem parte do Sistema de Governança e Gestão do Tribunal e suas competências estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 7/2018.

A Justiça Eleitoral no Tocantins tem suas ações planejadas e voltadas para atender à missão institucional, com visão e objetivos definidos no Planejamento Estratégico 2015/2020.



O Tribunal Pleno é composto por dois Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, dois Juízes de Direito, um Juiz do Tribunal Regional Federal e dois Juízes escolhidos dentre três advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral.

Desembargador Marco Villas Boas: Presidente do TRE-TO para o Biênio 2017-2019



Desembargador Marco Villas Boas presta compromisso legal durante posse



Presidente eleito durante discurso de posse

No dia 4 de julho de 2017, durante a sessão solene para escolha da Mesa Diretora do TRE-TO, o desembargador Marco Villas Boas foi eleito, por aclamação, para presidir o Regional Tocantinense durante o biênio 2017-2019.

Em seu discurso de posse, Villas Boas destacou os avanços da Justiça Eleitoral nos últimos anos e o aprimoramento das ações para garantir um processo eleitoral mais seguro durante as Eleições Gerais 2018.

“

“O TRE é um tribunal aperfeiçoado, bem planejado. Há algumas décadas nós estamos trabalhando o processo de qualificação, com um planejamento estratégico de qualidade, estabilidade no processo da coleta do voto do cidadão de forma que possa exercer com a maior liberdade possível, livre de constrangimento e de qualquer atividade espúria no processo eleitoral.”

Desembargador Marco Villas Boas,
Presidente do TRE-TO.

“

“Teremos mais segurança em relação à identificação do eleitor e esperamos que os cidadãos caminhem para as urnas com mais consciência, com uma análise mais amadurecida de todo o processo político partidário em que vivemos, e consigamos ter uma organização partidária melhor, que os partidos políticos cuidem disso, para que tenham gestões efetivas e possam ter atividades planejadas, isso é muito importante para a democracia. “Sem partidos políticos bem organizados e livres de corrupção, não teremos uma democracia viável”.

Desembargador Marco Villas Boas,
Presidente do TRE-TO.

Composição do Tribunal Pleno



Desembargador
Marco Anthony S. Villas Boas
Presidente



Desembargadora
Etelvina Maria Sampaio Felipe
Vice-Presidente/Corregedora



Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho
Vice-Corregedor



Juiz Agenor Alexandre da Silva
Ouvidor



Juiz Ademar Aires Pimenta
Juiz Federal



Ângela Issa Haonat
Jurista



Marcelo Cordeiro
Jurista



Álvaro Lotufo Manzano
Procurador Regional Eleitoral

*Composição em julho de 2019

Composição Administrativa



José Machado dos Santos
Diretor Geral



Teodomiro Fernandes Amorim
Secretário de Administração e
Orçamento



Cristiane Regina Boechat Tose
Secretária de Gestão de Pessoas



Jader Batista Gonçalves
Secretário de Tecnologia da
Informação



Regina Bezerra dos Reis
Secretária Judiciária e Gestão da
Informação

Inclusão sociopolítica dos povos indígenas nas Eleições 2018

O projeto de inclusão sociopolítica dos povos indígenas é uma ação de grande envergadura que abrangeu todas as etnias do estado do Tocantins para consolidar a visão de futuro da instituição: “Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade”, incorporando esse objetivo como estratégico e prioritário.

Para ouvir as demandas da comunidade indígena, servidores da Justiça Eleitoral e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) visitaram as aldeias com o objetivo de apresentar a ideia do projeto, convidar as lideranças para um Workshop e definir os eixos temáticos a serem desenvolvidos durante a execução do projeto.

Workshop

Realizado nos dias 15 e 16 de março de 2018, na sede do TRE-TO, em Palmas, o Workshop contou com a presença do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR), Aluízio Ferreira Vieira, o qual abordou a segurança nas eleições em comunidades indígenas, enfatizando a conscientização sobre os direitos garantidos por Lei.

A segunda palestra, ministrada pela pesquisadora Clarisse Drummond, mestre em Política Social e doutorando em Indigenismo, tratou sobre a importância da representatividade política dos povos indígenas. A pesquisadora trouxe alguns

dados sobre o Tocantins, que, segundo ela, é um dos estados brasileiros que mais possui associações indígenas.

Para o encerramento da primeira etapa do Evento, as autoridades e os indígenas presentes acompanharam a palestra “Diálogo entre Culturas”, ministrada pelo professor, doutor em Letras, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e mestre em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Francisco Edviges Albuquerque.

Oficinas

O projeto foi dividido em 3 eixos temáticos:

- Segurança nas Eleições em Comunidades Indígenas
- Representatividade Política dos Povos Indígenas
- Diálogos entre Culturas

Os temas foram trabalhados durante as oficinas, nas quais a Justiça Eleitoral ouviu os anseios das comunidades e elaborou planos de ação para atender às necessidades dos indígenas.



Para conhecer mais sobre o projeto assista ao vídeo pelo QR Code.



Visitas às Aldeias

Apinajés

Com as informações coletadas durante as oficinas, a Justiça Eleitoral visitou as aldeias e deu início aos trabalhos de conscientização. As primeiras visitas ocorreram nas aldeias São José e Mariazinha, com cerca de 400 eleitores da etnia Apinajé, localizadas no município de Tocantinópolis, sede da 9ª Zona Eleitoral. A ação se deu nos dias 21 e 22 de abril de 2018.

Ãwa

Em ação inédita, no dia 5 de julho de 2018, a Justiça Eleitoral do Tocantins visitou a etnia Ãwa, na Aldeia Boto Velho, localizada na Ilha do Bananal. A etnia conquistou o resgate de sua identidade após anos de luta em busca da demarcação de suas terras e o reconhecimento de suas origens. Durante a realização do projeto, 26 indígenas receberam as respectivas certidões de nascimento redigidas na língua materna.

Karajás

Em 7 de julho, foi consolidada mais uma importante etapa do projeto, com visita à aldeia Macaúba, situada na Ilha do Bananal, onde foram entregues cartilhas com informações básicas do processo eleitoral, bem como repassadas orientações de como utilizar a urna eletrônica, e esclarecimentos sobre os principais crimes eleitorais.

Xerentes

Em 19 de julho de 2018, o projeto teve sequência no Centro de Ensino Médio Xerente (CEMIX), com a participação de 100 professores indígenas, os quais receberam orientações sobre “A Importância da participação do povo indígena no processo eleitoral” e “Legislação Eleitoral – direitos e deveres”. Participaram do evento o juiz eleitoral da 29ª Zona Eleitoral de Palmas, Luís Otávio de Queiroz Fraz, e o coordenador do projeto, Wellington Magalhães, juiz eleitoral da 13ª Zona Eleitoral, sediada em Cristalândia-TO.



“Desde que participei da primeira ação da Justiça Eleitoral com os professores, fiquei ansiosa pelo retorno de vocês aqui no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX). Tenho repassado as informações aprendidas, especialmente para as mulheres da nossa comunidade, pois em casa quem manda é a mulher.”

Nilda Sipri Xerente,
Aldeia Cabeceira D'Água Fria

Krahôs

Os indígenas da etnia Krahô, distribuídos nas cidades de Itacajá e Goiatins, foram visitados por servidores da Justiça Eleitoral do Tocantins e receberam informações sobre o Projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas. Foram visitadas as aldeias Cachoeira e Pedra, em Goiatins; Manoel Alves e Santa Cruz, em Itacajá.

Cartilhas Bilíngues



Com a presença de lideranças indígenas, no dia 24 de setembro, durante a sessão plenária, foram lançadas as cartilhas bilíngues editadas em português e nas línguas maternas dos povos: Panhi, (Apinajé), Iny (Karajá – Javaé – Xambioá), Meri (Krahô), Povo Akwe (Xerente). As publicações integram o projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas e, de forma bastante didática, fornecem ao eleitor indígena informações importantes para que todos possam compreender e participar de forma consciente e efetiva do processo eleitoral.

“

“Com essa publicação a Justiça Eleitoral do Tocantins reafirma o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, com o prevailecimento da igualdade, da liberdade de escolha, da participação efetiva e do respeito mútuo pelo outro”,

Desembargador Marco Villas Boas,
Presidente do TRE-TO.



“

“Nós indígenas ficamos muito felizes porque é um trabalho de tradução do português para a nossa língua, e isso vai facilitar a compreensão sobre o processo eleitoral”.

Cassiano Apinajé,
vice-cacique e coordenador da escola indígena na aldeia São José (Tocantinópolis-TO).



“

“Os indígenas devem recuperar a liberdade não apenas recuperando seus territórios, mas também liberdade de participação, pois não há liberdade sem participação”.

Professor Rodolfo Petrelli,
Diretor de Ensino da Universidade Aberta do Cerrado e estudioso sobre o assunto.



Desembargador Marco Villas Boas entrega cartilhas em comunidade Xerente, em Tocantínia.



Para acompanhar a entrega das cartilhas, assista ao vídeo pelo QR Code.

Foram distribuídas 9.500 cartilhas que, de forma didática, apresentam ao eleitor indígena informações sobre legislação eleitoral, propaganda, principais crimes eleitorais e perguntas e respostas sobre o processo eleitoral.

Resultados

O projeto Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas nas Eleições 2018 foi um sucesso e aproximou a Justiça Eleitoral do Tocantins de seus clientes, contemplando mais de 1.100 indígenas. Tal resultado foi observado nas eleições 2018, uma vez que em comparação às eleições anteriores, reduziu-se o número de abstenções nas seções eleitorais instaladas em aldeias, tanto na eleição suplementar para governador quanto nas Eleições Gerais, além da redução no número de votos brancos e nulos.

Continuidade



Comissão se reúne para tratar e estabelecer cronograma das atividades em 2019.



Ação na Aldeia Funil realizada no dia 20 de maio de 2019.

Com os resultados alcançados, a gestão do TRE-TO deu continuidade às ações em 2019 e o Pleno do TRE aprovou o programa de inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas, como ação permanente da Justiça Eleitoral.

Serão visitadas às aldeias para levar atendimento itinerante, palestras sobre educação política, organizadas pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros, bate-papo, jogo interativo, votação simulada nas urnas eletrônicas, distribuição de cartilhas eleitorais traduzidas para a língua-mãe.

Trinta anos de Instalação da Justiça Eleitoral do Tocantins



Lançamento do selo comemorativo dos 30 anos da Justiça Eleitoral.



Em 17 de fevereiro de 1989, na sala de sessões do Fórum da Comarca de Miracema do Tocantins, capital provisória do recém-criado estado do Tocantins, nascia a Justiça Eleitoral do Tocantins.

Para comemorar a data, no dia 14 de março do corrente ano, o Tribunal lançou o Selo Personalizado e o Carimbo Comemorativo pelos 30 anos de instalação do TRE-TO. O carimbo comemorativo foi utilizado em todas as correspondências postadas na Agência Central dos Correios de Palmas durante 20 dias.

Também foram produzidos vídeos institucionais sobre os principais avanços do Regional, e lançado o Livro Comemorativo dos 30 anos do TRE-TO, com relatos sobre a história do Tribunal, desde a sua criação, ilustrado com depoimentos de servidores, juízes e desembargadores.

Durante essas três décadas, o Tribunal já realizou 23 eleições, uma delas

exclusivamente presidencial, em 1989, sete gerais, sete municipais e oito suplementares (sete para o cargo de prefeito – em Ananás, Augustinópolis, Maurilândia do Tocantins, Taipas do Tocantins, Taguatinga, Itacajá e Sandolândia – e, recentemente, uma para governador).

A Justiça Eleitoral do Tocantins acompanhou de perto o crescimento da população do Estado, oferecendo atendimento de qualidade aos que também se tornariam eleitores tocantinenses. Dos 464.060 eleitores aptos a votar nas eleições para presidente, em 1989, 304.231 compareceram às urnas no 1º pleito realizado pelo TRE-TO. De lá para cá, os números só cresceram, alcançando 1.039.439 eleitores aptos nas Eleições Gerais de 2018, a 20ª eleição organizada e executada pelo Regional tocantinense.



Acompanhe série 30 anos do TRE-TO, assista aos vídeos pelo QR Code.

Comitê Gestor de Priorização do 1º grau fortalece ações nas Zonas Eleitorais

Aprimorar cada vez mais a prestação de serviço jurisdicional na Justiça Eleitoral do Tocantins é uma das metas do Comitê Gestor de Priorização do 1º grau. Designado pela Portaria Presidência nº 364/2018, o Comitê é composto por juízes eleitorais e servidores das zonas eleitorais e da secretaria do TRE-TO. A primeira reunião foi realizada em 21 de agosto de 2018, ocasião em que buscou-se atualizar as ações abordadas em reuniões anteriores. Nesse sentido, as ações foram divididas em duas linhas de atuação, como segue:

1 Cumprimento de metas e prazos: ação visando meios e soluções para suprir a falta de analista e técnico judiciário nas zonas eleitorais, especialmente nos anos em que ocorrerem eleições;

2 Infraestrutura e tecnologia: criação de plataforma para inserção de dados única, que seja interligado por diversos sistemas; atualização de lista de e-mails para contato pelo Comitê Gestor e Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em primeiro grau.

O Comitê visa a auxiliar as zonas eleitorais no cumprimento de metas e prazos estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (EJE) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); cadastrar os juízes eleitorais no Infojud e Renajud, visando agilizar a busca por endereços e por bens passíveis de penhoras; melhorar a infraestrutura e tecnologia para a

tramitação processual; promover força-tarefa com analistas judiciários das zonas eleitorais.

Principais propostas do Comitê:

- Criação de banco de beneficiários pela Lei 9.099/95, interligando com o sistema do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ/TO);
- Viabilizar pagamento de mesários via ordem bancária. Esta ação foi implementada em Palmas, durante as Eleições Gerais 2018;
- Realizar a distribuição equitativa dos eleitores que possuem prioridades definidas por lei, nas diversas seções eleitorais, evitando a concentração em algumas seções especiais;
- Manutenção dos contratos de Auxiliar Administrativo;
- Viabilizar, no PortCRE, o mapeamento das Ações Judiciais existentes, classificadas por natureza e quantidade, por Zona Eleitoral e Global, visando a facilitar o acompanhamento das Metas estipuladas pelo CNJ;
- Sugerir estudos visando à implantação de sistema de energia solar nas Zonas Eleitorais;
- Sugerir às zonas eleitorais cuidado no manejo e descarte do lixo produzido durante as eleições, com vistas a aproveitar o projeto já existente neste Tribunal.

- Disseminar, às demais zona eleitorais, a experiência de prevenção vivenciada pela equipe de fiscalização das Eleições na 16ª ZE/TO.
- Implantar o Sistema de Gestão da Qualidade (NBR ISO 9001:2015) em todas as Zonas Eleitorais do Estado do Tocantins; implementação do Documento Nacional de Identificação (DNI) na 29ª ZE/TO e demais Zonas Eleitorais que desejarem.

- Implementação de ação visando ao descarte de arquivos físicos a partir da tabela de temporalidade, com apoio da Comissão de Descarte do TRE-TO, inclusive com a possibilidade de reciclagem.
- Quanto ao cumprimento da meta específica 1 da Justiça Eleitoral, cumpre informar que a referida ação encontra-se em implantação, sendo que o monitoramento de processos foi disponibilizado na Intranet, via PortCRE, aos respectivos magistrados.

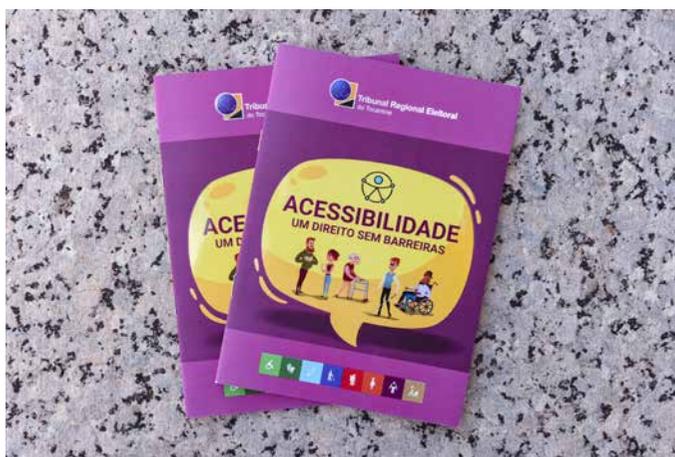
Acessibilidade

Instituída pela Resolução TRE-TO nº 377/2017, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão é responsável pela definição de ações necessárias à garantia da plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.

Durante os dois anos de gestão, a comissão desenvolveu atividades de conscientização e avaliação dos locais de votação para oferecer ao eleitor com deficiência todas as condições ao exercício do voto. Os trabalhos foram sintetizados em uma Cartilha, contendo os direitos garantidos por Lei e também uma campanha de conscientização nas redes sociais sobre acessibilidade e o direito ao voto.



Reunião da comissão de Acessibilidade.



Buscando o objetivo estratégico de garantir os direitos de cidadania com vista ao fortalecimento da democracia, o TRE-TO desenvolveu várias atividades de promoção de cidadania e participação social, as quais realçaram a acessibilidade e a inclusão como pilares de uma política global deste Tribunal. A seu turno, a Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial (ASCOM) promoveu a publicação de matérias jornalísticas de divulgação dos serviços da

JE, tais como prazos para alocação em seções eleitorais acessíveis e outros esclarecimentos atinentes à temática de acessibilidade e de inclusão.

A seguir, são expostas as principais ações desenvolvidas, reunidas nos seguintes grupos: medidas de conscientização, ações voltadas primordialmente para as instalações físicas e projeto de inclusão sociopolítica dos indígenas.

CURSO DE LIBRAS

Realizaram-se treinamentos de servidores para conversação em Libras, com foco no atendimento ao cidadão no Cartório Eleitoral, contando com mais de 100 inscritos. Referido curso foi produzido sob demanda, destinado a fornecer aos participantes conhecimento sobre aspectos introdutórios da Linguagem Brasileira de Sinais, além de contemplar diálogos corriqueiros no atendimento, incluindo perguntas e interpretação das possíveis respostas.

CONVÊNIO UFT

Foram realizadas tratativas com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) com vista à formação de convênio para desenvolver medidas educativas de esclarecimento acerca da acessibilidade e inclusão como um direito primordial, bem como a formação de multiplicadores acerca do tema. Referido acordo encontra-se em trâmite no SEI nº 0022574-87.2018.6.27.8000 para coleta das assinaturas pertinentes.

RODA DE CONVERSA

Visando fortalecer o diálogo com a sociedade sobre acessibilidades e outros temas ligados ao processo eleitoral, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) realizou, na Universidade Federal do Tocantins, o Evento “Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral”. Promoveram-se palestras, interações e coletas de sugestões. Houve a participação de 260 alunos, 3 magistrados e 10 servidores da Justiça Eleitoral.

INCLUSÃO - APAE

A Escola Judiciária Eleitoral levou o Projeto “Agentes da Democracia – Formação de eleitores e de políticos do futuro” – aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Palmas. Este Evento contemplou palestra interativa sobre educação política e cidadania, o desenvolvimento de jogos educativos sobre as eleições e, ainda, votação simulada em urna eletrônica. Participaram das atividades 47 alunos.



CARTILHA DE ACESSIBILIDADES

Com vista à democratização do conhecimento acerca do direito das pessoas com deficiência, desenvolveu-se cartilha com ênfase na tutela das acessibilidades e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, sob o enfoque primordial do direito à participação e cidadania pelo exercício do voto como direito de todos e de todas as pessoas.

Sustentabilidade

Durante a Gestão 2017-2019, o TRE-TO alcançou importantes conquistas na área de Sustentabilidade. O tema passou a ter valor institucional no Planejamento Estratégico 2015-2020, em que todas as unidades atuam em conjunto para alcançar as metas e contribuir para o avanço dos 11 eixos temáticos propostos, com a Elaboração do Plano de Logística Sustentável do Tribunal (2018 a 2020).

Para aferir o grau de sustentabilidade do Tribunal, foi realizada a Pesquisa Socioambiental com os servidores, sob a responsabilidade do Núcleo de Gestão Socioambiental, que realiza, com frequência, o monitoramento da execução das ações previstas nos Planos de Logística Sustentável do Tribunal; Outra importante ação desenvolvida pelo Tribunal foi a execução do “Projeto Eleições sem sujeira – Candidato que suja a cidade não merece o seu voto” –, com adesão expressiva de partidos políticos, candidatos, juízes, servidores das zonas eleitorais e da sociedade tocantinense.



Assista ao vídeo da campanha Eleições Sem Sujeira pelo QR Code.

A sociedade também foi sensibilizada sobre as consequências ao meio ambiente dos derrames de santinhos nos dias e nas vésperas das eleições, por meio de divulgação da campanha “Eleições sem sujeira”, treinamentos de mesários, exibição de VTs, spots e entrevistas em emissoras de TVs e de rádios.

Também foi implantado o “Projeto Reescrevendo o Futuro”, para reciclagem dos instrumentos de escrita não mais utilizados. Para cada doze gramas de resíduo (peso médio de uma unidade), o TRE receberá dois pontos da TerraCycle, que equivalem a R\$ 0,02, os quais poderão ser revertidos em doações para uma entidade sem fins lucrativos ou escola escolhida pelo órgão.

Ademais, foram doadas mais de 5 toneladas de resíduos sólidos recicláveis à associação de catadores, cuja destinação é ambientalmente adequada, gerando economia, emprego e renda.



Entrega do prêmio ABAP de Sustentabilidade.

Em novembro de 2018, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol do meio ambiente, o TRE-TO foi agraciado com o Certificado Ouro no prêmio ABAP de Sustentabilidade do Estado do Tocantins.

Pensando na redução dos custos no consumo de energia elétrica, o Tribunal também realizou licitação para implantação de usinas fotovoltaicas em dez prédios da Justiça Eleitoral do Tocantins.

Energia Solar

Primando pela sustentabilidade ambiental e com vista a reduzir os custos com energia elétrica, o TRE adquiriu 8 usinas de microgeração de energia solar de 11.880 Wp para os prédios que abrigam o posto de atendimento de Araguaçu e os Cartórios Eleitorais de Cristalândia, Colméia, Dianópolis, Miracema, Miranorte, Ponte Alta do Tocantins e Xambioá.



ENERGIA ELÉTRICA

REDUÇÃO DE 7,5%

Redução de 166.432 kWh
Economia equivalente a **R\$ 138.468,94**



ÁGUA

REDUÇÃO DE 26,2%

Redução de 4.211 m³
Economia equivalente a **R\$ 50.095,45**



PAPEL

REDUÇÃO DE 29,6%

Redução de 575.000 folhas de papel A4
Economia equivalente a **R\$ 18.641,40**



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS (MONOCROMÁTICA)

REDUÇÃO DE 9,6%

Redução de 157.184 páginas impressas
Economia equivalente a **R\$ 6.287,36**



COPOS DESCARTÁVEIS (ÁGUA E CAFÉ)

REDUÇÃO DE 29,1%

Redução de 31.900 copos de 80 ml
Economia equivalente a **R\$ 799,41**

AUMENTO DE 43,9%

Aumento de 263.300 copos de 180 ml
Aumento no gasto de **R\$ 6.230,64**



GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS

REDUÇÃO DE 14,4%

Redução de 491 galões
Economia equivalente a **R\$ 3.081,69**



COMBUSTÍVEL

AUMENTO DE 54,2%

Aumento de 92.118 litros
Aumento nos gastos de **R\$ 124.895,32**



PLS

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL TRE-TO



GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

AUMENTO DE 155%

Foi doado para a associação de catadores o total de **2.111 kg** de resíduos recicláveis:
- 616 kg de papel e papelão;
- 197 kg de plástico;
- 1.288 kg de papel A4; e
- 10 kg de ferro



COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

77 licitações realizadas.
Em **16,5% das licitações**, pelo menos 1 item foi adquirido com critério de **sustentabilidade**

De 60 contratos firmados ou renovados, **5%** possuem critérios de **sustentabilidade**



QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE E TRABALHO

REDUÇÃO DE 16%

964 servidores participaram de Eventos/Projetos de QVT



CAPACITAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

AUMENTO DE 37%

- 6 eventos internos de sensibilização, com **345 servidores participantes**;
- 4 eventos para o público externo (advogados, representantes de partidos e mesários), com **5.835 participantes**.

ECONOMIA ESTIMADA
ALCANÇADA EM 2018

R\$ 217.374,30

Dados de 2018, ano de referência 2016 (anos eleitorais – Resolução TSE nº 23.474, de 2016)

RESULTADOS DA GESTÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2017

Valor Executado: R\$ 90.190.147,10
Despesas com Pessoal: R\$ 63.078.783,77;
Despesas com Custeio: R\$ 23.608.502,23;
Despesas com Investimento:
R\$ 3.502.888,10

2018

Valor Executado: R\$ 112.362.062,41;
Despesas com Pessoal: R\$ 73.315.484,03;
Despesas com Custeio: R\$ 35.861.371,24;
Despesas com Investimento:
R\$ 3.185.207,14;

2019

Orçamento aprovado:
(Dotação atual (LOA+Créditos e outros)) R\$
87.314.842,00

ELEIÇÕES REALIZADAS

Eleição Suplementar

Prefeito Itacajá 3/12/2017

Eleição Suplementar

Governador do Estado
1º Turno: 3/6/2018
2º Turno: 24/6/2018

Eleições Gerais 2018

1º Turno: 7/10/2018
2º Turno: 28/10/2018

Eleição Suplementar

Prefeito Sandolândia 9/12/2018

MECANISMOS DE GESTÃO

Planejamento Estratégico

(PETRE em 2018): Índice de execução das metas: 89,5%

Programa de Gestão 2017-2019:

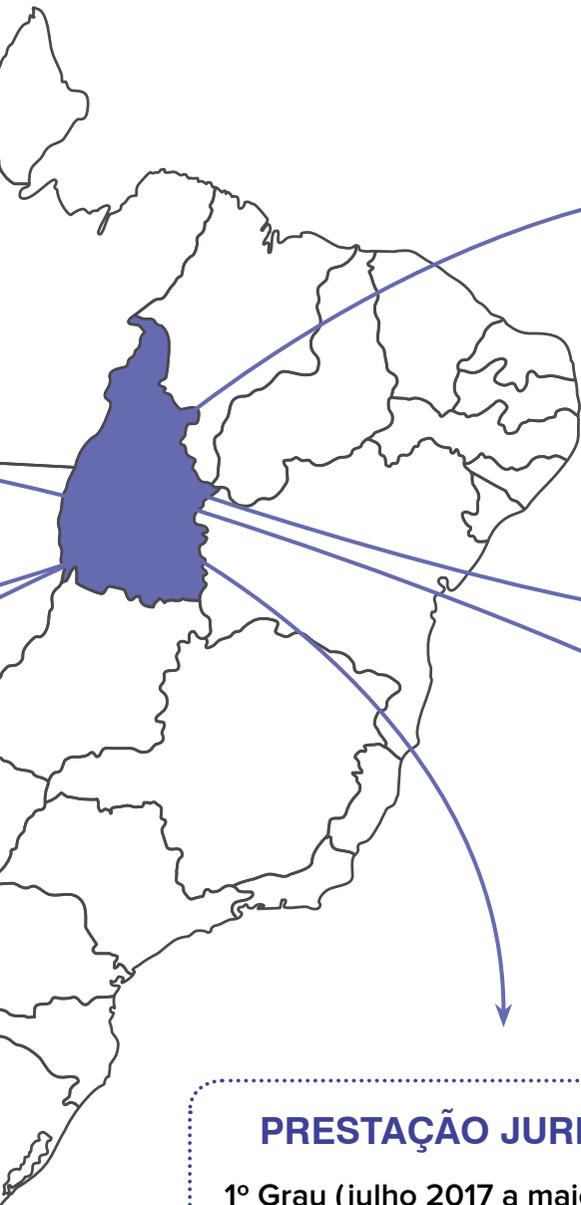
Índice de execução das atividades: 96%

Planejamento Eleições 2018:

Índice de execução das atividades: 100%

Sistema de Gestão da Qualidade:

19 Processos



AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

Projeto Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas:
1.129 participantes

Projeto Agentes da Democracia: 25.207 participantes

ECONOMICIDADE

Plano de Logística Sustentável:
2017: Economia de R\$ 56.000,00
2018: Economia de R\$ 217.374,30

Eleições 2018:
O TRE-TO economizou R\$ 730.054,89 em relação à Eleição anterior.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1º Grau (julho 2017 a maio 2019)

Pendentes: 4.226
Processos ingressados: 6.490
Processos julgados: 8.971
Acervo atual: 1.745

2º Grau

Pendentes: 124
Processos ingressados: 1.422
Processos julgados: 1.218
Acervo atual: 324

JUSTIÇA ELEITORAL

Força de Trabalho:

- 40 Magistrados
- 351 Servidores
- 163 Terceirizados
- 50 Estagiários

33 Zonas Eleitorais
870 Locais de Votação
4.147 Seções Eleitorais
4.872 Urnas Eletrônicas Funcionais
1.042.452 Eleitores





GESTÃO

Sistema de Governança e Gestão

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vista à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Atualmente, está em vigor a Instrução Normativa nº 7, de 2018, que dispõe sobre o sistema de Governança e Gestão no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.



Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do TRE (PETRE) foi aprovado pela Resolução nº 326/2015 para o período de 2015-2020. A gestão 2017-2019 caracteriza-se pelo esforço contínuo em atender às determinações e orientações do CNJ e do TSE. O monitoramento dos resultados é realizado nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) pelo COGETIC. Ao comitê cabe analisar os resultados alcançados e tomar decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.



Acesse o Planejamento Estratégico do TRE-TO pelo QR Code.

Programa de Gestão 2017-2019

O Programa de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico do TRE elaborado para abranger o biênio de gestão do Presidente do Tribunal. Dessa forma, o atual plano de gestão abrange do segundo semestre de 2017 ao primeiro de 2019.

Para elaborar o Programa de Gestão 2017-2019 de forma participativa, a diretoria geral do TRE-TO se reuniu, nos dias 8 e 9 de agosto de 2017, com os chefes de cartório das 35 zonas eleitorais. Também participaram da reunião representantes das Secretarias e Assessorias do Tribunal.



Acesse o Programa de Gestão pelo QR Code.



Execução Total do Programa de Gestão: 96%

Sociedade	Processos Internos				Recursos			
	Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa	Celeridade e Produtividade	Segurança e Transparência do Processo Eleitoral	Aperfeiçoamento da Gestão de pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária	Fortalecimento da Governança	Aperfeiçoamento da Governança de TI	
Garantia dos Direitos de Cidadania								
Reformar os Cartórios Eleitorais de Alvorada, Paraná, Natividade, Itacajá, Arraias e Colméia.	Implantar Projeto Social voltado à conscientização política	Ampliar a utilização do Processo Eletrônico na Justiça Eleitoral do Tocantins	Planejamento integrado das Eleições	Promover capacitação presencial de servidores dos cartórios eleitorais	Gestão de recursos utilizados nas eleições (aprimorar o processo operacional da eleição)	Revisar o Plano de Comunicação Institucional	Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação	
Fomentar a acessibilidade dos locais de votação				Aprimorar a gestão de assistência à saúde do TRETO	Implantar sistema de geração de energia fotovoltaica	Recertificar a Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 90001:2015	100% Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal	
Promover a inclusão sociopolítica dos povos indígenas				Implantar a gestão do perfil profissional	Automatizar o grupo gerador da sede mediante a instalação de sistema de rampa	Revisar o Plano de Logística Sustentável		
				Ofertar Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública	Implantar sistema de gestão de frota	Elaborar o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018		
				Instituir Programa de Seleção Interna para cargos e funções	Renovar frota de veículos	Edição de Cartilhas Temáticas para as Eleições 2018		
						Instituir o sistema de governança do TRE-TO		
						Instituir o Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas		

Selo Ouro

O TRE-TO conquistou, nos anos 2017 e 2018, o selo Ouro do Justiça em Números, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça. De acordo com o texto da Portaria nº 18, de 2018, deste Conselho, o Selo Justiça em Números visa ao reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.



“É um Selo de alta relevância e o reconhecimento do excelente trabalho que o TRE vem desenvolvendo de forma transparente, com o intuito de atender, cada vez melhor, ao cidadão, o eleitor.”

Desembargador Marco Villas Boas,
Presidente do TRE-TO.

Perspectivas para o Futuro

Fundamentada no Planejamento Estratégico e na visão de futuro, a administração do Tribunal já está pensando nos próximos anos. A proposta orçamentária para 2020 está em execução e será consolidada em julho de 2019 pelo TSE.

Além disso, esta gestão entende como principais desafios para os próximos anos:

- Ampliar a transparência das informações geradas pelo Tribunal, assim como os resultados alcançados utilizando principalmente a ferramenta de inteligência de negócios adquirida em 2018.

- Realizar análise de ambiente e atualizar o Planejamento Estratégico para 2020-2025.

- Implantar o PJe no 1º Grau e adaptar a estrutura organizacional de forma a suportar esse novo formato de trâmite processual.

- Fomentar as ações de inclusão cidadã e educação política por meio da Escola Judiciária Eleitoral.



Qualidade no Processo Eleitoral

Com a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, juntamente com a certificação ISO 9001, o TRE-TO formalizou os processos que compõem o Processo Eleitoral. Atualmente, o Sistema contempla 19 processos divididos em liderança; apoio; finalísticos e de monitoramento.



Auditorias do SGQ

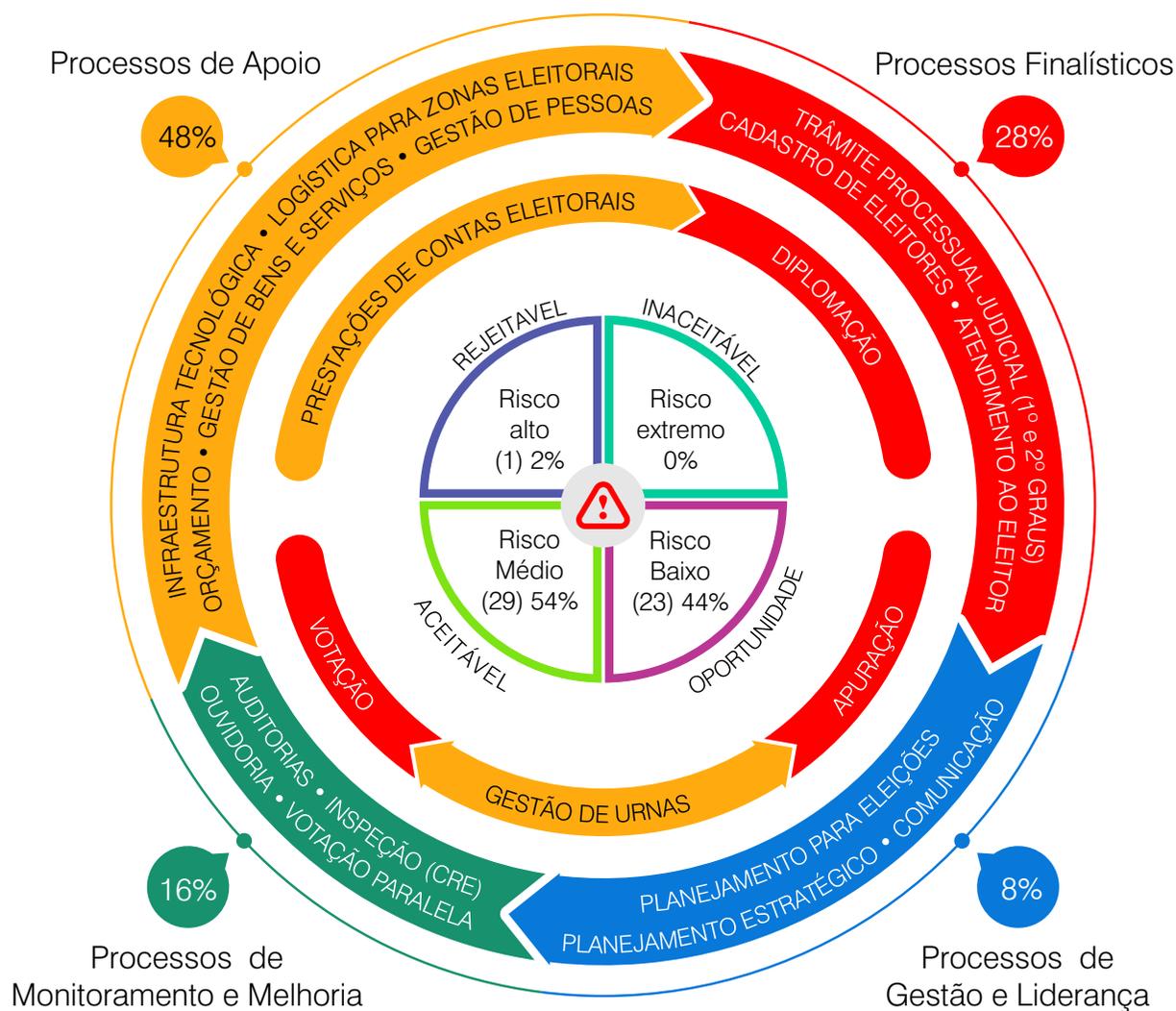
A Certificação ISO 9001:2015 e o Selo do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE) visam garantir a continuidade da prestação de serviços com qualidade aos eleitores tocanтинenses. O TRE-TO passou por várias auditorias no Biênio 2017-2019. Em 2018, a auditoria foi realizada pela empresa QMS Certification Services, organização de origem australiana com atuação global, que recomendou a manutenção da certificação.



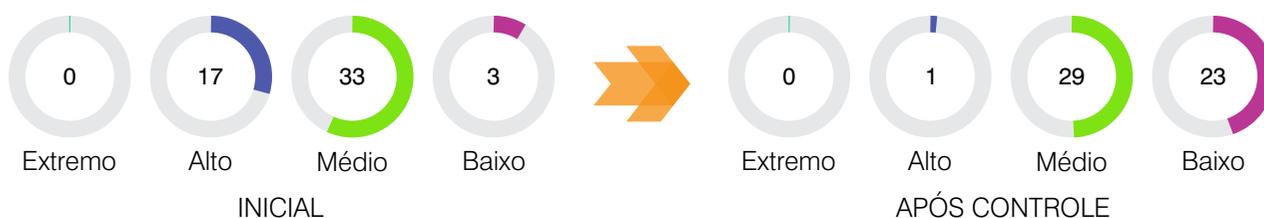
Gestão de Riscos

A Política e Metodologia de riscos foram estabelecidas pela Resolução nº 370, de 2016, e o apetite de riscos definido na Portaria da Presidência nº 338, de 2017. A gestão de cada risco mapeado é de responsabilidade do gestor de unidade, e os riscos mapeados fazem parte da matriz de riscos, disponível no *site* do TRE-TO.

RISCOS DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS



RECLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS APÓS CONTROLES:



Plano de Comunicação



• Prosa & Café

Diante do gap de comunicação interna diagnosticado na pesquisa de clima organizacional, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) criou a iniciativa “Prosa & Café”, que propõe facilitar a circulação de informações institucionais entre gestores e colaboradores da Regional.



Prosa Eleitoral

Um programa da Justiça Eleitoral do Tocantins

• Prosa Eleitoral

Programa radiofônico de entrevistas com duração de até 5 minutos, veiculado quinzenalmente e voltado para o eleitor, trata de temas relevantes, como processo eleitoral, legislação, prazo, voto consciente e atendimento às Zonas Eleitorais.



• Via Eleitoral

Lista de transmissão de informações via whatsapp dividida em três públicos: clientes internos, advogados eleitorais e imprensa.



• TRE Direto

Produção audiovisual na linguagem do telejornalismo com duração entre 1 e 3 minutos, sobre os principais eventos, ações e projetos da Justiça Eleitoral.



Voto e
Cidadania

Informativo do TRE-TO

• Informativo Voto e Cidadania

O Informativo Institucional Voto e Cidadania, disponibilizado pela plataforma digital, permite acesso e interação por meio de computadores e dispositivos móveis. Com publicação bimensal, seu conteúdo é distribuído numa média de 12 páginas, com matérias jornalísticas, entrevistas, fotografias, vídeos e áudios sobre as principais ações da Justiça Eleitoral do Tocantins.

Capacitações e Desenvolvimento

Os treinamentos e capacitações, no âmbito do TRE-TO, são aprovados anualmente e compõem o Plano Anual de Capacitação (PAC). No Biênio 2017-2019, foram realizadas, aproximadamente, 100 ações de capacitação e treinamento, totalizando mais de 800 horas e 496 participantes. Também foram realizadas mais de 200 horas de gravação em estúdio, que geraram mais de 10 horas de material didático em vídeos, disponíveis em treinamentos no ambiente EaD.



Não podemos deixar de destacar a realização de Mestrado, em agosto de 2018, em parceria com a UFT, e a capacitação presencial de 50% dos servidores dos cartórios eleitorais. Vale destacar que se encontram atualmente os procedimentos necessários à parceria entre este Tribunal e a Universidade Federal do Tocantins, objetivando a oferta de 6 vagas para Mestrado profissional e 2 vagas para Doutorado profissional em “Modelagem Computacional”.



Saúde e Bem-estar

Um novo sistema de gestão do TRESAÚDE-TO encontra-se em fase de testes pela COMED. Além disso, em parceria com a CDS, também foi desenvolvido o módulo de emissão de guias *online*, serviço que trouxe mais agilidade e facilitou a emissão destas por parte dos próprios beneficiários, que não precisam mais comparecer ao Tribunal.

Também, nesta gestão, foi aprovada a Resolução TRE nº 431, de 2018, que regulamenta o Plano de Assistência à Saúde (TRESAÚDE-TO) dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

Qualidade de Vida no Trabalho

O TRE-TO, por meio da Portaria Presidência nº 466, de 2018, instituiu o Programa Qualidade de Vida no Trabalho, que tem por finalidade promover integração, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. As ações previstas no PQVT/TRE-TO são: Calendário da Saúde, Semana da Saúde, Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), Ginástica Laboral, Exames Médicos Periódicos, Campanhas de Vacinação, Coral Encanto, Corrida da Justiça, Sorriso Saudável, Ações Solidárias para Promoção de Exames de Colaboradores Terceirizados, Ações de Prevenção à Violência Laboral, Semana Cultural, Valoriza e Ambientação de Servidores.



Ambientação de Novos Colaboradores

O Programa de Ambientação foi consolidado em 2017 com a disponibilização de conteúdos em EaD, sendo ambientados mais de 70 servidores no decorrer do biênio. É importante salientar que o TRE-GO manifestou interesse no modelo de ambientação desenvolvido e lhe foi concedido acesso à plataforma para visualização. Além da ambientação de servidores, foram realizadas reuniões para ambientação de estagiários e de colaboradores terceirizados.

Concurso 2017

No final de 2018, foram nomeados servidores aprovados no último concurso realizado pelo TRE, em 2017, sendo 1 analista judiciário, área Administrativa, especialidade contabilidade; 2 analistas judiciários, área Judiciária; e 2 técnicos judiciários, área Apoio Especializado, especialidade programação de sistemas.



Gestão por Competência

O modelo de gestão por competências do Tribunal passou por significativa atualização em 2017 com a implementação do sistema Coyote, software desenvolvido em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso. De julho a setembro de 2017, foram revisadas as competências de todas as unidades do Tribunal e realizado processo avaliativo de competências para todos os servidores. Com o resultado deste processo, foram geradas as lacunas de competências que orientaram parte da elaboração do PAC-2018 e a construção do PAC-2019.

Programa de Estágio

O Programa Estágio, desenvolvido no Tribunal, é reconhecido, no meio acadêmico, como referência para os estudantes desenvolverem competências e se prepararem para o mercado, colocando seus conhecimentos técnicos em prática. Esse reconhecimento se reflete nos sucessivos prêmios recebidos pelo Tribunal Regional Eleitoral no concurso Prêmio IEL de Estágio, tendo a instituição sido premiada em 2017, na categoria Empresa Destaque – Médio Porte –, em 3º lugar. Nesse biênio, passaram pelo Tribunal mais de 200 estagiários.

Teletrabalho

Por meio da Portaria nº 183, de 2019, foi constituído o grupo de trabalho com a finalidade de realizar estudo técnico para subsidiar a implementação do instituto do Teletrabalho, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Atualmente, o referido grupo encontra-se colhendo informações para a próxima reunião marcada para o mês de junho.

Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins é um dos indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020 e uma das ações previstas no Programa de Gestão 2017-2019. Possui periodicidade bianual.

Em sua sexta versão, a pesquisa de clima 2018 foi aplicada no período de 18/6 a 6/7/2018. A adesão foi de 135 colaboradores, representando uma amostra de 32,85% do público-alvo. Destacam-se como principais resultados:



Plano Estratégico de Gestão de Pessoas

Por meio da Resolução TRE-TO nº 430, de 2018, este Regional aprovou o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE), que representa a diretriz da unidade para o período compreendido entre os exercícios 2018 a 2020 e tem como linha reguladora a Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos.

Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

Instituído o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, por meio da PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 206/2018-PRES/DG/SGP, o qual tem como uma das competências deliberar sobre as alterações no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Atualmente, os autos se encontram em fase de composição dos membros, haja vista o cumprimento da Resolução nº 258, de 2018, do Conselho Nacional de Justiça.

Trâmites Processuais

Entre julho de 2017 e maio de 2019 ingressaram no 1º grau 6.490 processos e foram julgados 8.971. Considerando que havia 4.226 processos pendentes, existem atualmente 1.745 processos judiciais em tramitação.

Já no âmbito do 2º grau de jurisdição, o biênio começou com 124 processos pendentes. Ingressaram no Tribunal no decorrer dos dois anos 1.422 processos e foram julgados 1.218.

Processo Judicial Eletrônico

O Processo Judicial Eletrônico foi implementado no Tribunal em abril de 2016. Atualmente todas as Classes Processuais do 2º grau de jurisdição encontram-se tramitando no Processo Judicial Eletrônico, a fim de facilitar o acesso ao Judiciário, racionalizar o uso dos recursos públicos e tornar o processo mais célere e efetivo.

O cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico, no 1º grau, foi instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral, considerando a velocidade de conexão com a Internet com início em agosto e terminando em dezembro de 2019.

Registro de Candidaturas

Para garantir a celeridade na tramitação dos pedidos de registro de candidaturas nas eleições 2018, o TRE-TO realizou uma força-tarefa com servidores da Secretaria e de 3 Zonas Eleitorais. Ao todo foram analisados 381 processos em apenas 10 dias, o que garantiu que todos os pedidos fossem julgados pelo Pleno no prazo estabelecido.

Gestão Documental

A gestão documental no Tribunal Regional Eleitoral analisa, classifica, arquiva, empresta e desarquiva documentos, além de gerir questões relativas ao Plano de Classificação e à Tabela de Temporalidade de Documentos. Foi realizada a conferência das listagens de documentos a serem descartados pelas Zonas Eleitorais e publicados 15 Editais de Ciência de Descarte de Documentos no sítio deste Tribunal.

Atualização do Acervo Bibliográfico

A SEBIA realiza, periodicamente, pesquisa nas demais unidades do Tribunal, a fim de identificar a necessidade de material bibliográfico. No último biênio, foram adquiridos mais de 300 novos títulos para compor o acervo da biblioteca do Tribunal e auxiliar os gabinetes de juízes e as 3 zonas eleitorais.

Além disso, diante da necessidade de expandir ainda mais o acervo e mantê-lo atualizado, o TRE realizou a assinatura da Biblioteca Digital Proview, com acesso a 800 obras da Revista dos Tribunais e Fiscosoft.

Atos Normativos Compilados:

Atos publicados no período de julho/2017 a abril/2019	Quantidade
Portarias	3.305
Resoluções	336
Editais	29
Instruções Normativas	14
Provimentos	11
Total	3.695

Arquivo Central

No arquivo central é realizada a organização do acervo de processos judiciais da Sede e das zonas eleitorais, bem como digitalização dos processos judiciais arquivados ou tramitando, dependendo da necessidade da Secretaria Judiciária. No biênio, foram organizados mais de 40 mil processos judiciais arquivados das zonas eleitorais. As demandas do arquivo central foram em 1.971 processos, conforme tabela abaixo.

Demandas do Arquivo Central:

Demanda no período de julho, de 2017, a abril, de 2019	Quantidade
Processos digitalizados e encaminhados por e-mail para às zonas eleitorais	25
Processos Judiciais arquivados no SADP	1.035
Processos administrativos arquivados no SADP	350
Processos judiciais digitalizados arquivados e/ou tramitando	215
Processos digitalizados enviados aos clientes interno e externo - via e-mail	346
Total	1.971

Editoração e Publicações

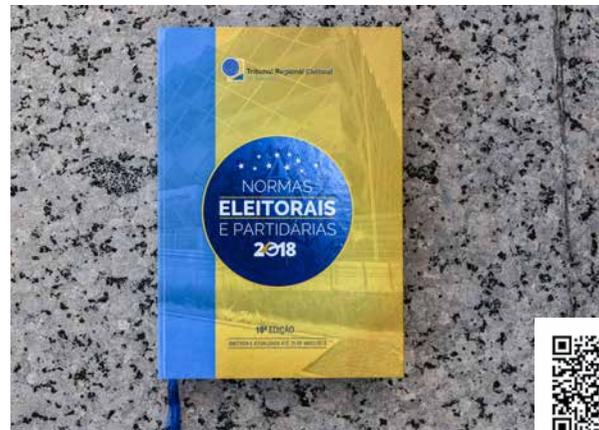
Neste biênio, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins publicou quatro edições de sua Revista Jurídica, de periodicidade semestral. Também foram entregues aos servidores agendas temáticas: em 2017 o tema foi sustentabilidade; em 2018, ética; e, em 2019, a agenda comemorou os 30 anos de implantação da Justiça Eleitoral no Tocantins.

O Tribunal editou também diversas cartilhas informativas:

- Lei de Acesso à Informação
- Reforma Eleitoral 2017
- Acessibilidade – Um direito de todos

Cartilhas Temáticas para Eleições 2018

- Registro de Candidaturas
- Propaganda Eleitoral
- Principais Crimes Eleitorais
- Ações e Representações Eleitorais



Outra ação importante do Tribunal, com vista à inclusão sociopolítica dos povos indígenas, foi a edição de 4 cartilhas bilíngues totalizando 9.500 exemplares.

Seguindo histórico dos últimos anos eleitorais o Tribunal editou a Coletânea Normas Eleitorais e Partidárias 2018.



Cartilhas Bilingues

Jurisprudências

Nos últimos dois anos, a Seção de Jurisprudência realizou a inclusão de mais de 1.700 Acórdãos e Resoluções no Sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR). A Seção expede ainda, todo mês, o informativo de jurisprudência, além de participar da elaboração da coletânea Normas Eleitorais.

Aquisição de Totens de Pesquisa ao Eleitor

Alinhado ao Objetivo Estratégico de garantia dos direitos de cidadania, a Administração adquiriu cinco microcomputadores para compor a solução de “Totens de Atendimento ao Eleitor”, com vista a avaliar a percepção dos nossos clientes externos, a qual foi instalada em caráter experimental na Ouvidoria Regional Eleitoral e nos Cartórios Eleitorais de Miranorte, Novo Acordo e Palmas.

Terceirização de Serviços

Foram realizadas novas contratações de serviços terceirizados de apoio administrativo (contínuos), vigilância, limpeza e conservação. Essas contratações diminuem o envolvimento de servidores efetivos em tarefas de apoio, gerando acréscimo na produtividade de atividades inerente aos cargos efetivos e garantindo a limpeza e segurança das instalações.

Reformas Prediais

Foram reformados os Cartórios Eleitorais de Alvorada (14ª ZE), Itacajá (33ª ZE), Natividade (19ª ZE), Paranã (18ª ZE), Colmeia (16ª ZE) e Arraias (22ª ZE). Além disso, foi reformado o prédio da Central de Urnas com a abertura de novo acesso a ele e cobertura para os veículos.



Pagamento de Mesários via Ordem Bancária

Nas Eleições 2018, a Secretaria de Administração e Orçamento inovou e realizou o pagamento dos mesários e pessoal de apoio das Zonas Eleitorais de Itaguatins e Palmas por meio de ordem bancária. Essa iniciativa, além de otimizar os trabalhos, diminuiu o transporte de dinheiro em espécie e, por consequência, o risco de os servidores serem vítimas de assaltos.

Novos Veículos

Com o objetivo de reaparelhar a frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral, foram adquiridas 4 caminhonetes S-10.



Atualização da Infraestrutura Tecnológica

Visando garantir um ambiente de Tecnologia de Informação adequado ao desenvolvimento das atividades institucionais, a STI realizou a aquisição de uma solução hiperconvergente de armazenamento e processamento de dados, reestruturando o Datacenter com a mais avançada tecnologia do mercado, criando um ambiente de alta disponibilidade sem necessidade de expansão física nos próximos anos. Foram instalados também novos equipamentos de energia estabilizada para a sede e uma solução de backup baseada em máquinas virtuais. No ambiente de microinformática, foram atualizados todos os equipamentos da Secretaria com a manutenção preventiva

dos computadores, foram adquiridos discos de estado sólido, duzentos monitores LED, 172 microcomputadores mini e sessenta notebooks.



Dispositivo de estrutura hiperconvergente

Governança de TIC

Alinhado ao Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação”, o TRE realizou, em 2018, a contratação de uma empresa de serviço técnico, especializado em pesquisa e aconselhamento em tecnologia da informação. Essa contratação está trazendo mais segurança aos gestores desta Tecnologia no processo de tomada de decisões em suas áreas de competência.

Self-service B.I.

Seguindo orientações do Conselho Nacional de Justiça e com vista a aperfeiçoar a Governança no âmbito da Justiça Eleitoral, foi adquirida, em 2018, uma ferramenta de visualização e descoberta de dados com capacidade de inteligência de negócio de autoatendimento (self-service B.I.). A ferramenta irá facilitar a produção de relatórios e ajudar gestores do órgão na tomada de decisões.

Atendimentos Itinerantes

Em 2017, o TRE-TO finalizou a última fase da Revisão Biométrica, tornando seu eleitorado 100% biométrico. Somente no segundo semestre, foram atendidos mais de 17.000 eleitores em todo o Estado.

Já no ano de 2018, o TRE-TO realizou atendimento itinerante em 101 municípios do Estado, atendendo 21.550 eleitores no período que antecedeu o fechamento do cadastro eleitoral.

Em 2019, o Tribunal já está levando atendimento aos eleitores em diversos municípios do Estado.

Simulado Nacional de Hardware

A equipe de Sistemas Eleitorais e Logística (COSEL) participa anualmente do Simulado Nacional de Hardware. O Evento visa detectar falhas de hardware nas urnas eletrônicas, realizando testes e homologação dos sistemas eleitorais, seguindo plano do Tribunal Superior Eleitoral, que simula todo procedimento eleitoral.

Distribuição das Urnas

Em 2018, o TRE-TO realizou Eleições Suplementares para o cargo de governador em junho, além das Eleições Gerais em outubro. Esse fato alterou consideravelmente a logística de distribuição das urnas eletrônicas que tiveram de deixar a Central de Urnas antes do período planejado. E mais, foi necessário realizar a exercitação das urnas de forma descentralizada nas sedes das zonas eleitorais.

Eleições Comunitárias

O TRE-TO também apoia outras instituições públicas e privadas na escolha de seus dirigentes. Nos projetos denominados Eleições Comunitárias o Tribunal empresta urnas de lona e eletrônicas. Tal ação tem como finalidade fomentar a participação da população no voto eletrônico e aumentar a credibilidade no processo de votação.

No último biênio, a equipe da COSEL envolveu-se nas eleições de quinze instituições entre elas: Instituto Federal do Tocantins; Universidade Federal do Tocantins; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Centro de Ensino Médio Castro Alves; e Ordem dos Advogados do Brasil.

Também está em fase de planejamento a participação do TRE-TO na Eleição nacional dos Conselhos Tutelares. O TRE-TO assinou com o MPE termo de cooperação para empréstimos de urnas eletrônicas. A eleição dos conselheiros acontecerá em outubro de 2019 nos 139 municípios do Tocantins.

Novos Sistemas

A equipe da STI desenvolveu vários sistemas novos neste biênio, dentre os quais:

- Sistema de Pré-vistoria com o qual é possível evitar a ida de servidores aos locais de votação para fazer a vistoria de rotina;
- AutomatizaSEREF que promoveu a automatização do pagamento das substituições automáticas;
- MetaPLS: sistema que coleta de dados sobre consumos no TRE-TO;
- Guia Online que permite ao servidor fazer o pedido de guias médicas e odontológicas pela internet, com um módulo no SEI para que o servidor receba uma guia válida no email;

Acompanhamento e Avaliação da Gestão

Em 2017, a SAAG realizou auditorias integradas juntamente com o TSE analisando o armazenamento e manutenção das urnas eletrônicas, a efetividade dos controles internos relativos à manutenção preventiva e a aplicação das normas relacionadas ao tema. Também foram auditados o planejamento e as contratações de TIC.

Seguindo o Plano Anual de Atividades de Auditorias (PAAA), em 2018 foram objeto de auditoria as contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação, com vista a avaliar as práticas adotadas, a harmonia com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e a conformidade com as normas do Conselho Nacional de Justiça. Realizaram-se, ainda, exames de auditoria no processo de gestão das aquisições – planejamento e gestão orçamentária –, com o objetivo de avaliar a gestão das aquisições no que se refere à compatibilidade entre as aquisições aprovadas no orçamento de 2017 e as solicitadas pelas unidades demandantes na execução do orçamento.

Está no Plano Anual de Atividades de Auditorias 2019 a auditoria nos serviços de vigilância armada para avaliar o atendimento às formalidades constantes no contrato, os controles estabelecidos, o acesso de pessoas aos prédios e o pagamento da empresa contratada.

Análise Contábil e de Custos

AUDITORIAS REALIZADAS		
2º Semestre 2017	Exercício 2018	1º Semestre 2019
<p>Auditorias Integradas entre o TSE e os TREs:</p> <p>Armazenamento e manutenção das Urnas Eletrônicas, com o objetivo de avaliar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a efetividade na gestão do armazenamento de urnas eletrônicas; 2. a efetividade dos controles internos relativos à manutenção preventiva como resposta aos riscos inerentes ao processo avaliado; 3. a exatidão e a correlação das informações contidas nos sistemas; 4. a aplicação das normas e dos procedimentos relacionados ao armazenamento e à manutenção preventiva; 5. a aplicação dos recursos orçamentários relacionados à manutenção preventiva. <p>Suprimento de materiais eleitorais, com o objetivo de avaliar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a efetividade como resposta aos riscos inerentes ao processo, 2. a correspondência entre o pedido de materiais eleitorais e a legítima necessidade do Tribunal (requisitante), e 	<p>Auditoria Coordenada CNJ:</p> <p>Avaliação da governança de tecnologia da informação, com o objetivo de avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nºs 91/2009; 182/2013; 198/2014 e 211/2015, bem como o perfil de governança de TI traçado pelo TCU.</p> <p>PAAA/2018:</p> <p>Gestão de Transportes, com o objetivo de avaliar: 1. a efetividade na gestão de transportes; 2. a efetividade dos controles internos relativos aos subprocessos de higienização, abastecimento, manutenção, incorporação e desincorporação como resposta aos riscos inerentes ao processo avaliado;</p>	<p>Auditoria Coordenada CNJ:</p> <p>Avaliação da governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil, com o objetivo de avaliar a adequação orçamentária e financeira utilizando como base os requisitos estabelecidos na Legislação Federal, nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014, e nas boas práticas nacionais e internacionais (EM ANDAMENTO).</p> <p>Monitoramento das auditorias realizadas nos exercícios anteriores.</p>

AUDITORIAS REALIZADAS		
2º Semestre 2017	Exercício 2018	1º Semestre 2019
3. a existência de controle sobre o armazenamento e a destinação dos materiais adquiridos. Monitoramento das auditorias realizadas nos exercícios anteriores.	3. a exatidão e a correlação das informações contidas nos sistemas; 4. a aplicação das normas e dos procedimentos relacionados à gestão dos veículos oficiais que integram a frota do Tribunal ou que estejam à sua disposição; e, 5. a aplicação dos recursos orçamentários relacionados à gestão e manutenção da frota. Monitoramento das auditorias realizadas nos exercícios anteriores.	

Além das auditorias realizadas, foram submetidos à análise regular processos relacionados a: acompanhamento da execução orçamentária e financeira, análise mensal dos Relatórios de Movimentação de Bens; análise do processo de descentralização de recursos orçamentários; análise da planilha de custos e formação de preços dos processos de licitação de serviços terceirizados; conferência dos Relatórios de Gestão Fiscal e Registro da Conformidade Contábil.

Análise e Auditoria de Pessoal

Em 2017, a SAAP realizou auditoria no pagamento de serviços extraordinários realizados nas Eleições 2016 buscando aferir a conformidade e regularidade da autorização, do registro e do pagamento do serviço extraordinário, realizado no período eleitoral, bem como verificar a qualidade e suficiência dos controles adotados, de modo a minimizar os riscos e prejuízos à Administração.

Foi realizada juntamente com o TSE, no decorrer de 2018, auditoria de dimensionamento da força de trabalho da Justiça Eleitoral com o objetivo de avaliar a efetividade dos controles internos adotados no processo de gestão da força de trabalho como resposta aos riscos inerentes ao subprocesso de dimensionamento (quantitativo e qualitativo) da força de trabalho.

Já no primeiro semestre de 2019 está sendo realizada auditoria coordenada com o CNJ acerca da Gestão Documental com o objetivo de avaliar a criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos que são gerados e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade-fim do Órgão, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

Também foram submetidos à análise regular da seção processos relacionados a: Admissão e Aposentadoria, Abono de Permanência, diligências/determinação TCU e SISAC/ E-Pessoal.





CORREGEDORIA

Corregedoria Regional Eleitoral



Desembargadora
Etelvina Maria Sampaio Felipe
Corregedora
Período:
04/02/2019 a 03/07/2019



Desembargadora
Ângela Prudente
Corregedora
Período:
04/07/2017 a 31/01/2019



Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho
Vice-Corregedor
Período:
30/05/2018 a 29/05/2020

A Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins é a unidade responsável pela fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais prestados pelas zonas eleitorais e pela expedição de orientações sobre procedimentos e rotinas a serem observadas pelos cartórios eleitorais, assegurando a correta aplicação dos princípios e normas.

Programa de Gestão da CRE-TO

Ao assumir a Corregedoria, a Desembargadora Ângela Prudente se reuniu com chefes de cartório para debater propostas para elaboração do Programa Participativo de Gestão da CRE/TO 2017/2019, que consolida as principais iniciativas desenvolvidas durante o biênio, alinhadas aos objetivos definidos no Planejamento Estratégico 2015-2020. O programa se divide em cinco áreas temáticas: Inspeções, Correções e Estatísticas Processuais; Sistemas e Cadastros; Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais; Capacitações; e Comunicação.



PROGRAMA PARTICIPATIVO DE GESTÃO DA CRE/TO 2017-2019

Inspeções	Correções e Estatísticas Processuais	Sistemas e Cadastros	Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais	Capacitações e Comunicação
Inspeções Ordinárias da Corregedoria	Metas do CNJ para o Primeiro Grau	Implantação INFODIP	Compartilhando Boas Práticas	Novo Portal da CRE
		Capacitações sobre o INFODIP	Apoio às Zonas Eleitorais	Curso Sistema de Apoio ao Partido em Formação (SAPF)

Inspeções Ordinárias

As Inspeções Ordinárias estão disciplinadas, no âmbito deste Regional, no Provimento nº 4, de 4 de dezembro de 2016, disciplinando, entre outros critérios, que sejam inspecionadas no mínimo dez zonas eleitorais em ano eleitoral e 50% em ano não eleitoral.

As atividades são parte de rotina de trabalho da CRE para atuar preventivamente na verificação de irregularidades ou abusos que devam ser corrigidos, assim como expedir orientações e determinar as providências a serem adotadas.



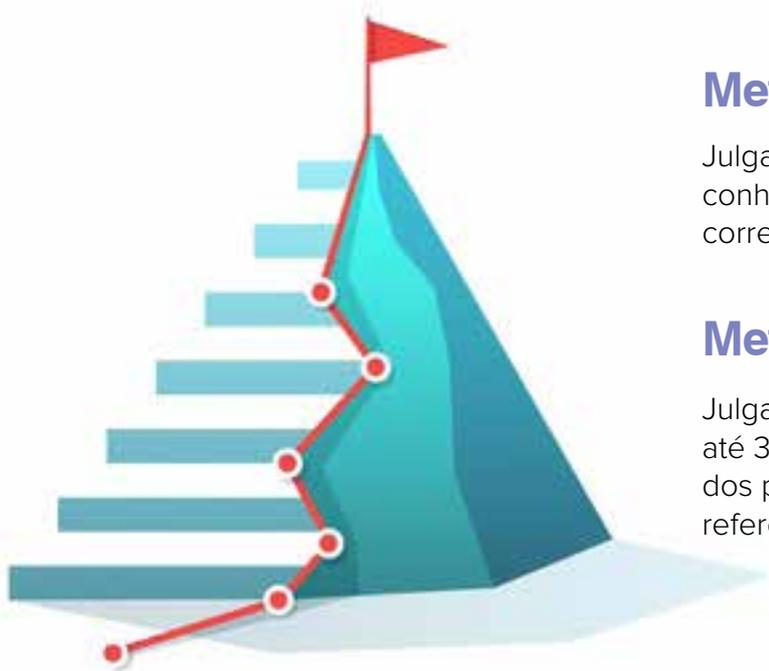
Calendário de Inspeções

2º SEMESTRE DE 2017	2018	1ª SEMESTRE DE 2019
15ª ZE - Formoso do Araguaia	3ª ZE - Porto Nacional	4ª ZE - Colinas do Tocantins
14ª ZE - Alvorada	26ª ZE - Ponte Alta do TO	5ª ZE - Miracema do Tocantins
19ª ZE - Natividade	2ª ZE - Gurupi	6ª ZE - Guaraí
22ª ZE - Arraias	1ª e 34ª ZEs - Araguaína	7ª ZE - Paraíso do Tocantins
18ª ZE - Paranã	9ª ZE - Tocantinópolis	13ª ZE - Cristalândia
33ª ZE - Itacajá	27ª ZE - Wanderlândia	23ª ZE - Pedro Afonso
16ª ZE - Colméia	12ª ZE - Xambioá	28ª ZE - Miranorte
17ª ZE - Taguatinga	20ª ZE - Peixe	29ª ZE - Palmas
25ª ZE - Dianópolis	32ª ZE - Goiatins	35ª ZE - Novo Acordo
11ª ZE - Itaguatins	8ª ZE - Filadélfia	
10ª ZE - Araguatins		
21ª ZE - Augustinópolis		
31ª ZE - Arapoema		

Metas do CNJ para o 1º Grau

As metas nacionais do Poder Judiciário, no âmbito do 1º Grau, são definidas anualmente no Encontro Nacional do Poder Judiciário, e acompanhadas pela CRE-TO.

A CRE, por meio do PORTCRE, realiza o acompanhamento do desempenho das metas nacionais, orientando e auxiliando as Zonas Eleitorais quando necessário.

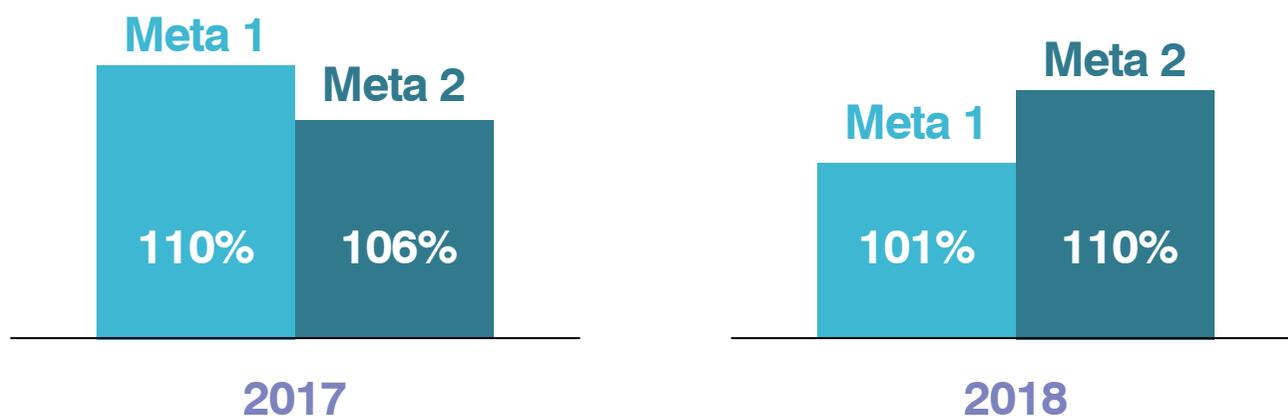


Meta 1 (2017 e 2018)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2 (2017 e 2018)

Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar, até 31/12 do ano da meta, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12 do ano de referência.



Implantação do Sistema de Informações de Direitos Políticos (INFODIP)

Uma das principais ações realizadas pela CRE foi a implantação do Sistema de Informações de Direitos Políticos - Infodip, que foi criado e desenvolvido pelo TRE do Paraná no ano de 2013, e nacionalizado pelo TSE. O sistema tem como objetivo o envio eletrônico das comunicações de óbito, suspensão e estabelecimento de direitos políticos no Cadastro Eleitoral (Sistema ELO).

No dia 24 de novembro de 2017, foi realizado evento de lançamento do INFODIP no âmbito da Justiça Eleitoral tocantinense, com assinatura do Provimento nº 4/2017. O evento contou com a presença dos chefes de cartórios e diversas autoridades, entre eles, o Corregedor Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Luiz Taro Oyama, que prestou apoio fundamental, juntamente com sua equipe, durante as fases preparatórias para implantação do sistema no Tocantins.



“

“Considero que a implantação do Infodip encontra relação direta com a Política de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, uma vez que as atividades atinentes ao cadastro eleitoral se revestem da maior relevância, pois se destinam a compor o eleitorado apto a votar e a ser votado, identificando, com relação a cada eleitor, aqueles que estão ou não em pleno gozo de seus direitos”.

Desembargadora Ângela Prudente,
Corregedora Regional Eleitoral do Tocantins

Capacitações sobre o Sistema INFODIP

Foram realizadas oficinas de capacitação com os chefes de cartório para repasse de informações e esclarecimento de dúvidas dos servidores que têm contato direto com o trabalho a ser realizado, bem como torná-los multiplicadores dessa nova importante ferramenta de trabalho. A Corregedoria realizou ainda capacitações *in loco* na região norte do Estado, passando pelos municípios de Itaguatins, Axixá, Augustinópolis, Araguaatins e Araguaína.



Compartilhando boas práticas

Vinculado ao eixo “Orientação e Apoio às zonas eleitorais”, o projeto “Compartilhando Boas Práticas” tem por objetivo difundir as práticas e experiências exitosas que contribuam para a rotina das atividades executadas nos cartórios eleitorais.

Apoio às Zonas Eleitorais

Uma das principais atribuições da CRE consiste em orientar os servidores dos cartórios sobre as rotinas cartorárias e como executá-las da melhor forma possível, lembrando sempre de atender com excelência aos eleitores. No último biênio, a SOAZE registrou mais de 200 dúvidas, questionamentos e orientações às zonas eleitorais.

Além disso, a SOAZE executa ainda o projeto “Contato com as ZEs”, que consiste em ligar periodicamente para as Zonas Eleitorais a fim de ouvir e anotar críticas, sugestões e elogios. A iniciativa visa aproximar as ZEs da sede e estreitar as relações dificultadas pela distância física.

Novo Portal da CRE

A reformulação do portal da CRE na intranet, além da mudança de layout, trouxe mudança como área de notícias sobre a CRE, materiais de apoio, legislação e normas, links de acesso para os principais sistemas, editais de inspeções, além de outras informações importantes para os servidores que trabalham nos cartórios eleitorais.



Provimentos da Corregedoria

PROVIMENTO Nº 3, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos cartórios eleitorais, em razão do rezoneamento e extinção de zonas eleitorais aprovados pelas Resoluções TRE-TO nº 385 e 386/2017.

PROVIMENTO Nº 4, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a tramitação das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos e de óbitos por meio da utilização do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos – Sistema Infodip. PROVIMENTO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Expede instruções para correição do eleitorado no Município de Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins.

PROVIMENTO Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 2019. Disciplina a forma eletrônica de apresentação ao respectivo Cartório Eleitoral do comprovante de pagamento de multa decorrente de ausência às urnas ou alistamento tardio.

Curso sistema de apoio a partido em formação – SAPF

Em cumprimento ao eixo “Capacitações e Comunicação”, a equipe da CRE, com o apoio da COEDE, gravou e disponibilizou no ambiente de treinamento EaD um minicurso sobre o Sistema de Apoio a Partido em Formação (SAPF).

Participação em Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais

Data/Local	Evento	Participante
3 e 4 de agosto de 2017 Porto Velho/RO	40º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Ângela Prudente
10 de novembro de 2017 Teresina/PI	41º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Ângela Prudente
22 e 23 de fevereiro de 2018 Brasília/DF	42º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Ângela Prudente
8 de junho de 2018 Salvador/BA	43º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Ângela Prudente
22 e 23 de novembro de 2018 Rio de Janeiro/RJ	44º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Ângela Prudente
21 e 22 de fevereiro de 2019 Belo Horizonte/MG	45º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe
9 e 10 de maio de 2019 Bento Gonçalves/RS	46º Encontro do Colégio de Corregedores	Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe





OUVIDORIA



Juiz Agenor Alexandre da Silva
Ouidor Regional Eleitoral do Tocantins
Biênio 2017/2019

Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins

Quando o assunto é atendimento direto ao cidadão, a Ouvidoria Regional Eleitoral (ORE) é uma das portas de entrada da Justiça Eleitoral do Tocantins. Servidores atenciosos estão à disposição do cidadão, para atender com gentileza, cordialidade e respeito.

Na ORE, o cidadão tem acesso a informações institucionais. Além disso, pode dar sugestões, fazer elogios, críticas, reclamações e denúncias. Isso vale para todos, eleitores, advogados, partidos políticos e candidatos.

O atendimento está em conformidade com o que prevê a Lei nº 13.460/2017, que trata dos direitos dos usuários do serviço público. É uma legislação recente, mas que no Tocantins já é cumprida há um bom tempo.

A ouvidoria apresenta uma estrutura totalmente adequada para receber a todos, sem distinção.

- Atendimento por ordem de chegada, com prioridade para os casos previstos em Lei;
- Igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;
- Cumprimento de prazos e normas procedimentais;
- Horário de atendimento adequado;
- Carta de Serviços clara e objetiva, disponível na internet;
- A documentação do usuário é comprovada apenas com a apresentação de documentos originais, nada de autenticação;
- Tudo rápido e sem burocracia, para facilitar o atendimento.

Eleição Suplementar

Durante a Eleição Suplementar, realizada em junho de 2018, os eleitores acionaram os serviços todos os dias, até mesmo nos finais de semana e feriados, das 8 às 19 horas. Na véspera e no dia da votação, que ocorreu no domingo (3/6), o atendimento foi realizado das 7 às 20 horas.

Eleições Gerais

Durante as Eleições Gerais de 2018, para melhor atender à alta demanda de ligações, a Ouvidoria do Regional contou com 12 servidores, revezando os seis terminais de telefones para garantir o atendimento contínuo ao cidadão.

Atendimentos

O ano de 2018 foi atípico para a Justiça Eleitoral do Tocantins, pois foram realizadas quatro eleições. Desse modo, os serviços da Ouvidoria foram extremamente necessários para os tocaninenses. Os servidores não mediram esforços para realizar um bom trabalho, atendendo mais de 8.000 eleitores durante o ano, servindo como um canal de comunicação direto entre o Tribunal e a comunidade, por meio de atendimento pessoal, telefônico, eletrônico ou por correio convencional.

Dos 8.516 atendimentos, 359 foram denúncias, 658 pedidos de acesso à informação e 7.499 foram de atendimento ao cidadão para dúvidas e esclarecimentos.

Rede de Ouvidorias

A Ouvidoria também passou a integrar a Rede de Ouvidorias do Estado, sendo o Termo de Cooperação Técnica assinado em 29 de novembro de 2018. Participaram da iniciativa o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Contas Estadual (TCE) e Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP).

O objetivo da Rede é promover a cooperação mútua e a articulação de esforços para o compartilhamento de experiências, incentivo à criação de Ouvidorias no Tocantins e o envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil organizada no exercício de seus direitos.

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias

Foi assinado no dia 7 de novembro de 2018, o termo de adesão ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Profort), coordenado e implementado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que tem por objetivo aperfeiçoar a gestão de processos e a atuação integrada das ouvidorias, com o intercâmbio de informações, incentivo ao uso de tecnologia e promoção de ações de capacitação.

Utilizado por diversos órgãos do poder público, o Profoco possibilita a troca de experiências e boas práticas entre as ouvidorias, o que proporciona eficiência e êxito nas atividades.

O Programa disponibiliza cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria por meio da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco), que oferece cursos, oficinas e outros eventos de forma presencial e à distância embasando-se na visão da educação como um processo contínuo e autônomo, e acesso a publicações, congressos, seminários, entre outros.

Audiência Pública sobre a Lei de Acesso à Informação

No Tocantins, a ORE também realiza audiências públicas para levar ao cidadão informação sobre o processo eleitoral e legislação importante como a Lei de Acesso à Informação. A ação ultrapassou as divisas do Tocantins e chegou também a outros estados. Promovendo a transparência dos atos institucionais e conscientizando a população sobre a importância da Justiça Eleitoral.

O projeto aproximou a população do Poder Judiciário e permitiu maior contato entre a sociedade e o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. O público alvo foi formado por estudantes universitários, que passaram a ser multiplicadores das informações repassadas.

Somando as 19 edições realizados em 2017 e 2018, o Projeto atingiu um quantitativo de mais de 2.400 universitários. Durante os encontros, os estudantes receberam a Cartilha sobre a Lei nº 12.527/2011, também disponível no site do TRE-TO, bem como o certificado de participação no evento.

CIDADE	IES	ALUNOS PRESENTES
PARAISO DO TOCANTINS - TO	(FCJP)	179
COLINAS DO TOCANTINS - TO	(FIESC)	114
ARAGUAÍNA - TO	(FACDO)	105
GUARÁI - TO	(IESC/FAG)	96
GURUPI - TO	(UNIRG)	124
AUGUSTINÓPOLIS - TO	(UNITINS)	120
ARAGUAÍNA - TO	(ITPAC)	242
AUGUSTINÓPOLIS - TO	(FABIC)	127
IMPERATRIZ - MA	(UNISULMA)	33
IMPERATRIZ - MA	(FACIMP)	165
IMPERATRIZ - MA	(UFMA)	53
GOIÂNIA - GO	(UFG)	90
GOIÂNIA - GO	(UNIVERSO)	180
CURITIBA - PR	(SEDE TRE-PR)	150
FOZ DO IGUAÇU - PR	(UNIFOZ)	80
TERESINA - PI	(UNINOVAFAPI)	200
JOÃO PESSOA - PB	SEDE TRE-PB)	60
PAMAS -TO	(OBJETIVO)	110
PALMAS -TO	(FASEC)	180



Ouvidor Eleitoral ministra palestra para universitários



OuviZapEleitoral - novo canal de comunicação

Para facilitar o acesso à informação do eleitor, o Tribunal lançou no dia 16 de março de 2019, mais um canal de comunicação oficial - o OuviZapEleitoral, o que facilitou o atendimento direto ao cidadão, através de um aplicativo de mensagem.

O telefone WhatsApp (63) 3229 9600 está disponível de segunda à sexta-feira, das 8 às 19 horas e nos períodos de plantão, prestando informações gerais e recebendo requerimentos de acesso à informação, reclamações, denúncias ou sugestões sobre os serviços prestados pelo TRE-TO.



Colégio de Ouvidores

Em junho de 2018, o juiz Agenor Alexandre foi eleito, por aclamação, presidente da diretoria do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (COJE).

Nos dias 13 e 14 de junho de 2019, o TRE-TO sediou o XII Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, recebendo Ouvidores de todos os estados brasileiros, para debater temas atuais e relevantes à atuação das Ouvidorias da Justiça Eleitoral.

O evento contou também com a presença de ministros do Tribunal Superior Eleitoral, Og Fernandes e Tarcísio Vieira.

A realização do XII Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral encontra-

“

“Pra mim, foi uma honra ser aclamado para presidir o Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, o que reforça o nosso compromisso de promover a aproximação com os cidadãos, através de uma comunicação acessível e direta, fortalecendo assim o exercício da Democracia.

Juiz Agenor Alexandre,
Ouvidor Eleitoral.

se alinhado às diretrizes do Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Tribunal, estabelecido pela Resolução nº 326, de 2015. E se alinha, ainda, aos pontos previstos na Resolução TSE nº 23.543, de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral para o quadriênio 2017-2020:

- Aprimorar a gestão do conhecimento e dos recursos humanos da Justiça Eleitoral por

meio da divulgação de boas práticas, com vista à convergência de esforços nas tarefas que lhe são comuns;

- Assegurar a transparência, segurança e probidade do processo eleitoral;

- Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade.

Participação em Encontro do Colégio de Ouvidores Eleitorais

Data/Local	Evento
24 e 25/8/2017 - Brasília/DF	X Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral
7 e 8/6/2018 - São Luís/MA	XI Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral





**ESCOLA JUDICIÁRIA
ELEITORAL**

Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros



Desembargador
Marco Villas Boas
Diretor da Escola Judiciária
Eleitoral
Período:
25/03/2019 a 03/07/2019



Desembargadora
Etelvina Maria Sampaio Felipe
Vice-Diretora da Escola
Judiciária Eleitoral
Período:
25/03/2019 a 03/07/2019
*Diretora da Escola Judiciária
Eleitoral no período de
04/2/2019 até a aprovação da
Resolução 443/2019.



Desembargadora
Ângela Prudente
Diretora da Escola Judiciária
Eleitoral Período:
04/07/2017 a 31/01/2019

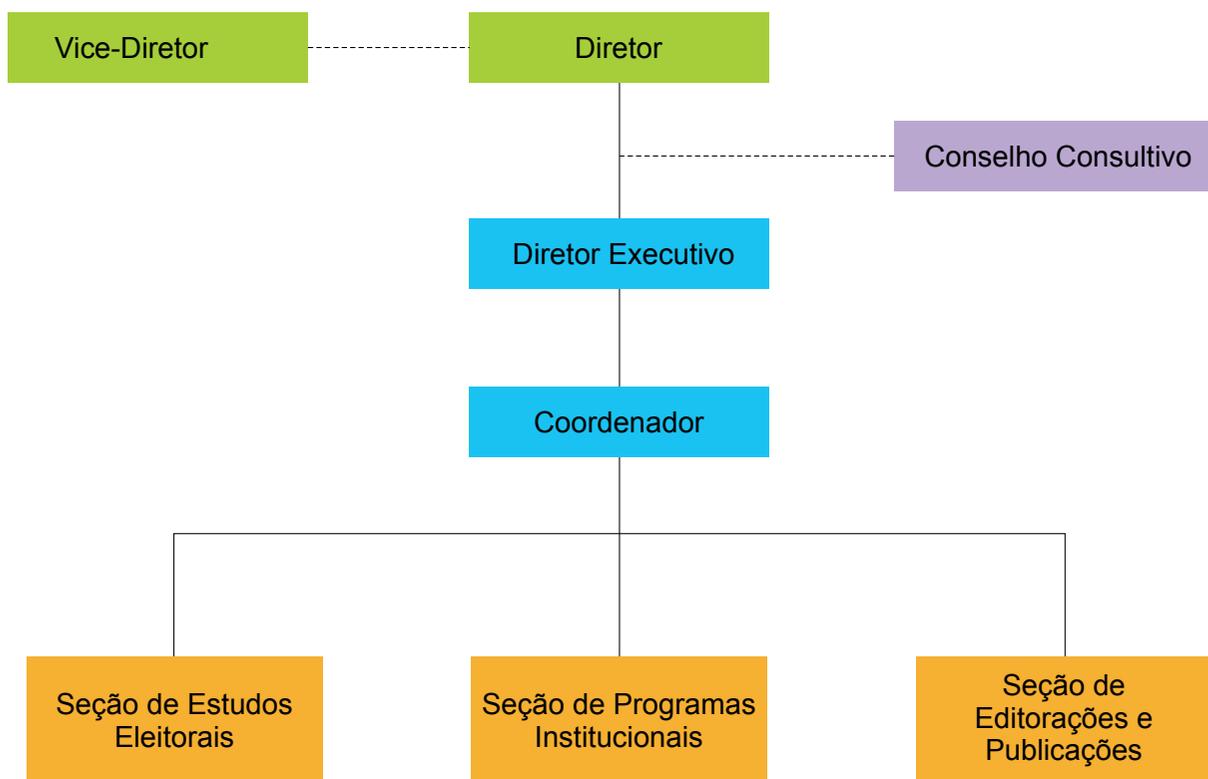


Juiz Henrique Pereira
Diretor Executivo da Escola
Judiciária Eleitoral até
dezembro de 2018

A Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) foi criada por meio da Resolução nº 17, de 2 de dezembro de 2003. A instalação se deu em 23 de setembro de 2005, e em 22 de março de 2015 passou a ser denominada Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros.

Em 25 de março de 2019, a Corte Eleitoral aprovou a Resolução nº 443, de 2019, que institui o Regulamento da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros, do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

Com a reestruturação, a Escola passou a estar administrativamente vinculada à Presidência do Tribunal, tendo por finalidade a atualização e a especialização continuada ou eventual em Direito Eleitoral, para magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e servidores da Justiça Eleitoral, admitida a participação de outros interessados e também o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social e de projetos de educação para a cidadania política, bem como o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.



Diante da necessidade de promover a educação sociopolítica da sociedade, a Escola Judiciária Eleitoral realizou no período de 2017 a 2019, importantes ações, como: Projeto Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro –, II Jornada Eleitoral, Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral, Pós-Graduação *on-line*, Projeto Universitários na Justiça Eleitoral e o + Mulher + Democracia.

Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro

Lançado em março de 2018 pela Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, o projeto percorreu o Estado de norte a sul e envolveu juízes eleitorais e servidores de todas as zonas eleitorais, com a finalidade de conscientizar, capacitar, mobilizar e incluir social e politicamente os jovens matriculados nas escolas de ensino médio do Estado, além de despertar a consciência cívica, para uma maior participação nas decisões políticas do País.

O projeto foi desenvolvido por meio de palestras, aplicação de jogo interativo sobre o processo eleitoral, votação simulada, alistamento eleitoral e concurso de redação, este último, realizado em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).



Realização de ações de educação política e inclusão sociopolítica, educação infantil, palestras, aplicação de jogo interativo sobre o processo eleitoral, votação simulada, alistamento eleitoral e concurso de redação, campanha nas redes sociais e avaliação de reação.



Cidade

60



Escolas

109



Zonas Eleitorais

33



Alunos Contemplados

25.207

II Jornada Eleitoral

A II Jornada Eleitoral Eleições 2018 foi lançada pela corregedora e diretora da Escola Judiciária Eleitoral, desembargadora Ângela Prudente, em 13 de novembro de 2017, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. O projeto desenvolveu ações voltadas ao conhecimento de temas relativos às eleições e o fortalecimento de práticas democráticas na sociedade. O Evento contou com as palestras “Eleições Limpas: Base para construção da democracia brasileira” e “Reforma Política e Sistemas Eleitorais”, ministradas, respectivamente, pelo jurista e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Henrique Neves, e pelo professor e servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Alexandre Basílio. Participaram do Evento juízes eleitorais, advogados, representantes de partidos políticos e servidores da Justiça Eleitoral. Toda a programação foi transmitida pelo canal do YouTube da Justiça Eleitoral do Tocantins. Em 2018, a Jornada Eleitoral teve continuidade abordando os temas: Propaganda Eleitoral, Poder de Polícia e Prestação de Contas.

Roda de conversa com a Justiça Eleitoral

Promover o diálogo, abrindo caminhos para o conhecimento de temas sobre o processo eleitoral, foi um dos objetivos do Projeto Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral, idealizado pela Escola Judiciária Eleitoral, e desenvolvido por meio de debates com acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins e Universidade Estadual do Tocantins. Foram abordados os temas: A importância do acadêmico no processo eleitoral; Acessibilidade; Nome social; A segurança da urna eletrônica e Fake News, apresentados por profissionais da Justiça Eleitoral do Tocantins, dentre membros, juízes eleitorais e servidores.



Pós-Graduação online

Em agosto de 2018, a Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins lançou a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Eleitoral Material e Direito Processual Eleitoral para capacitar e atualizar juízes eleitorais e servidores com, vista à consolidação da sua efetividade e celeridade, oferecendo-lhes conhecimentos que visem compreender o Direito Eleitoral com base nos Princípios Constitucionais e Setoriais do Direito Eleitoral, bem como as principais diretrizes dos vários aspectos do processo eleitoral. Foram ofertadas 21 vagas, distribuídas entre magistrados e servidores, conforme os pré-requisitos previstos em Edital.

Concurso de Redação

Em 2018, após a parceria entre a EJE e a UNITINS foi designada Comissão Julgadora para realização do 1º Concurso de Redação do Projeto Agentes da Democracia, por meio da Portaria EJE nº 384/2018. Com a parceria, os profissionais da educação da Unitins avaliaram as redações dos alunos participantes, matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino, localizadas nos municípios de Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Sucupira e Peixe, pertencentes à 20ª Zona Eleitoral do Tocantins.

A EJE contou com o apoio da Alta Administração do TRE, do Cartório Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral da Zona contemplada com o projeto. Ao todo 341 alunos participaram do Concurso, sendo: 150 alunos de Peixe; 100 alunos de São Valério da Natividade; 52 alunos de Jaú do Tocantins e 39 alunos de Sucupira. As redações foram avaliadas por uma Comissão Julgadora em parceria com a Unitins. O resultado foi divulgado em solenidade realizada no Município de Peixe.



Mais Mulher Mais Democracia



Para fortalecer a representatividade feminina no processo eleitoral, a Justiça Eleitoral do Tocantins, por meio da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros, lançou, no dia 11 de junho, o projeto Mais Mulher Mais Democracia.

Com o auditório lotado de mulheres, o evento contou com a presença de representantes do Judiciário, Executivo, Legislativo, de partidos políticos, magistério, empresárias, jornalistas, estudantes, líderes religiosas e de entidades classistas, além de representantes de movimentos sociais e indígenas.

Em um evento bastante interativo, as participantes tiveram a oportunidade de conhecer um panorama das candidaturas femininas, esclarecer dúvidas sobre o processo eleitoral, direitos e deveres, a efetiva participação política da mulher, além de realizarem trocas de experiências

profissionais e pessoais.

A segunda etapa do projeto, a ser realizada no segundo semestre de 2019, levará as ações a diversos municípios do interior do Estado.

“

Fomentar a representatividade feminina é extremamente necessária quando pensamos nas lutas pelos direitos das mulheres em um contexto no qual, como se sabe, ainda há muito preconceito e exclusão. Pela sensibilização das mulheres levaremos as atividades do projeto Mais Mulher Mais Democracia, a diversas regiões do nosso Estado, a fim de promover um chamamento para que elas participem ativamente do processo democrático brasileiro.”

Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, Corregedora Regional Eleitoral e Vice-Diretora da Escola Judiciária Eleitoral.

Universitários na Justiça Eleitoral



O projeto Universitário na Justiça Eleitoral tem por objetivo oferecer informações sobre o funcionamento da Instituição e aproximar os acadêmicos da Justiça Eleitoral, gerando o interesse pelo processo e execução das eleições.

Durante a visita, os acadêmicos recebem exemplares do livro Normas Eleitorais e Partidárias, editado pelo TRE-TO, assistem ao vídeo de apresentação da Justiça Eleitoral e percorrem os principais setores do Tribunal.





ELEIÇÕES

Eleições 2018

Durante a Gestão 2017-2019, a Justiça Eleitoral do Tocantins realizou no Tocantins quatro eleições, sendo três suplementares e as Eleições Gerais 2018.

Os pleitos foram realizados de forma organizada, transparente e segura, fruto de um planejamento eficiente e comprometimento de magistrados, servidores, colaboradores e instituições parceiras.

Eleições Suplementares Municipais: Itacajá e Sandolândia

Itacajá

Em Itacajá, a eleição suplementar foi realizada no dia 3 de dezembro de 2017. Os candidatos a prefeito Cleoman Correia Costa e vice-prefeito Clodoaldo Pereira do Nascimento, que disputaram o pleito pela Coligação Humildade e Responsabilidade (SD e PR), foram eleitos com 2.545 votos, o equivalente a 52,90% dos votos válidos.

A apuração foi encerrada às 17h35, sendo registrados apenas 25 votos brancos e 75 nulos, representando respectivamente 0,51% e 1,51% do total do eleitorado. Dos 5.410 eleitores dos municípios, 91,21% compareceram às seções de votação, tendo uma abstenção de 8,795.

O pleito também registrou a participação efetiva dos eleitores indígenas. Ao todo, no município de Itacajá, 719 eleitores indígenas de 16 aldeias estavam aptos a votar, distribuídos em três seções instaladas dentro das aldeias Santa Cruz e Manoel Alves Pequeno.

A diplomação dos eleitos aconteceu no dia 18

de dezembro, Cartório Eleitoral da 33ª Zona, com sede em Itacajá.

Sandolândia

Em Sandolândia, a eleição suplementar foi realizada no dia 9 de dezembro de 2018. A apuração foi encerrada às 17h24 e os candidatos a prefeito pela Coligação Avante Sandolândia, Radilson Pereira Lima e vice-prefeito Luciano Barreto Alves, foram eleitos com 1.439 votos (58,9%).

Compareceram às urnas, 2.494 eleitores (82,2%) sendo a abstenção de 17,8% (540). Foram totalizados 16 votos brancos e 37 nulos.

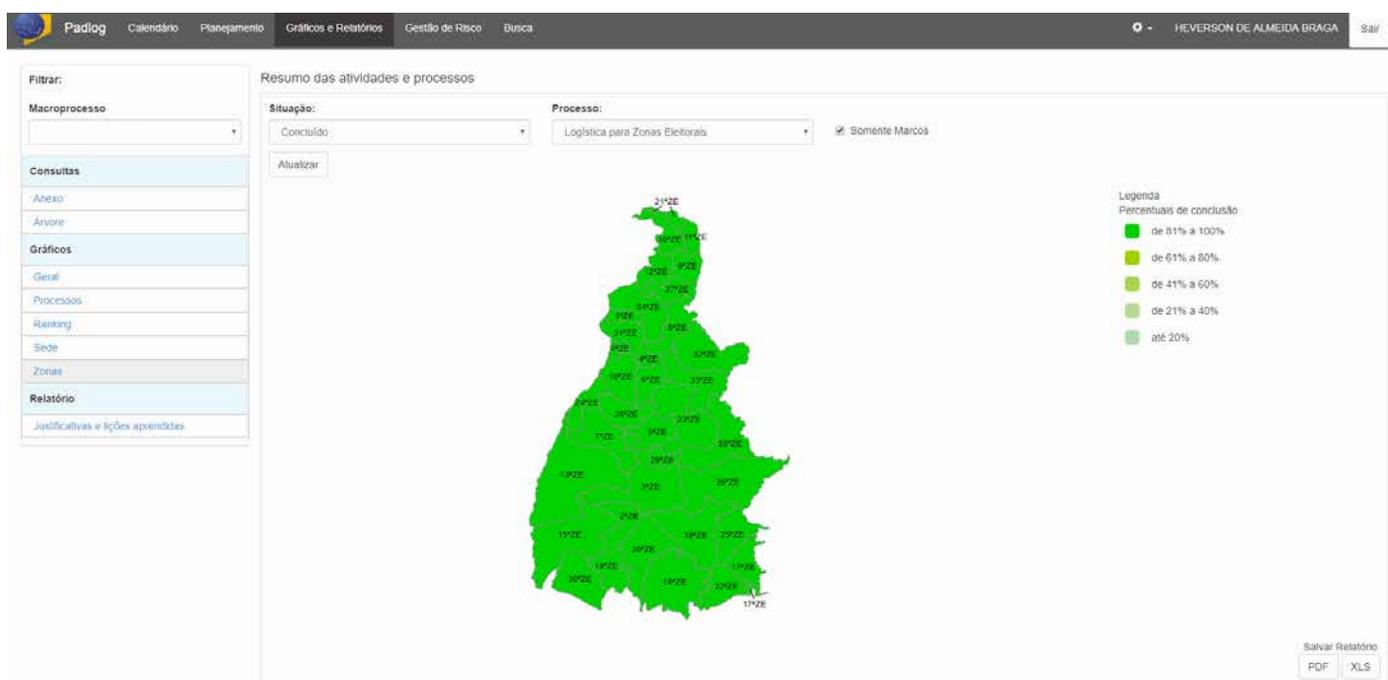
O TRE-TO disponibilizou 12 urnas eletrônicas, distribuídas em 3 locais de votação: Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida, Colégio Municipal de Sandolândia e Colégio Estadual Padre Anchieta, no Povoado Dorilândia.

A diplomação dos candidatos eleitos aconteceu no dia 18 de dezembro, no Cartório Eleitoral da 14ª Zona, com sede em Alvorada.

Eleição Suplementar 2018 para Governador e Vice-Governador

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, em sessão extraordinária ocorrida no em 19 de abril de 2018, aprovou por unanimidade as Resoluções nºs 405, 406, 407, 408 e 409, mantendo a data de 3 de junho para o primeiro turno da eleição suplementar e o dia 24 de junho para o segundo turno. Os eleitos cumpririam o “mandato tampão” até o dia 31 de dezembro de 2018.

Planejamento da Eleição Suplementar



O Planejamento das eleições suplementares foi iniciado em 22 de março de 2018, e em exíguo tempo todos os gestores dos processos do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade procederam ao planejamento simplificado do pleito, o que resultou em 502 tarefas e 1.236 atividades.

Para o segundo turno do pleito, o Planejamento foi revisado, o que resultou na Revisão 2 do documento.

Entrevista coletiva

No dia 27 de março de 2018, o Desembargador Marco Villas Boas, presidente do Tribunal recebeu a imprensa para esclarecer os procedimentos adotados após a publicação do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, e a



notificação daquela Corte para que o Regional tocantinense procedesse à realização de eleição direta.

Em sua fala, Villas Boas destacou que o Tribunal estava preparado para realizar a eleição direta que se aproximava.

“

“A missão da Justiça Eleitoral é velar pela regularidade das eleições, para que sejam eleições limpas, transparentes e que a democracia prevaleça”,

Desembargador Marco Villas Boas
Presidente do TRE-TO.

Comitê de Segurança Institucional

Para garantir a lisura do processo eleitoral e proporcionar celeridade e segurança nas tomadas de decisões relacionadas às ocorrências policiais, que pudessem surgir durante o processo eleitoral, no dia 24 de abril de 2018, a Presidência do TRE-TO publicou a Portaria 174/2018, que instaurou o Comitê de Segurança Institucional (CSI) para as Eleição Suplementar e Eleições Gerais 2018.

Em 2018, o comitê foi presidido pelo juiz Rubem Ribeiro de Carvalho, e contou com representantes das instituições responsáveis pela segurança pública (Exército, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Federal,

Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do Tocantins, Polícia Militar do Tocantins e Corpo de Bombeiros do Tocantins).



Preparação das urnas e logística de distribuição

Para realizar a eleição suplementar para governador, em tempo recorde, toda a equipe do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins se engajou para proporcionar mais uma vez uma votação segura e transparente. O planejamento de distribuição das urnas eletrônicas teve de ser adiantado, uma vez que só seriam distribuídas para as Eleições Gerais de outubro. Além disso, foi necessário realizar o exercitamento das urnas de forma descentralizada nas zonas eleitorais, pois não seria possível recolher todas elas à Central de Urnas e redistribuí-las em tempo hábil.

No período de 23/4 a 25/5, foi realizada a distribuição das urnas eletrônicas para as 33 zonas eleitorais.

Sistemas

Os sistemas eletrônicos de votação passaram pelos testes obrigatórios. A solenidade de oficialização dos sistemas eleitorais ocorreu em 2 de junho, com a presença do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, fiscais e delegados dos partidos e coligações, os quais foram convocados com dois dias de antecedência, por edital publicado no Diário da Justiça.



Datas importantes

O prazo para a realização de convenções partidárias, para a escolha dos nomes e coligações, foi de 9 a 12 de abril. Já os registros de candidatura, seguiram até às 19 horas do dia 16 de abril. E até o dia 18 de maio todos os registros de candidatura estavam analisados e julgados pela Corte Eleitoral.



Propaganda Eleitoral

A propaganda eleitoral, em primeiro turno, aconteceu no período de 17 de abril a 2 de junho e em segundo turno, no período de 4 a 23 de junho.

A Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe e os juízes Antiógenes Ferreira e Márcio Gonçalves Moreira foram designados como juízes auxiliares da propaganda, para atuarem na análise e julgamento dos processos relacionados à propaganda eleitoral.

Plano de mídia



No dia 3 de maio, foi realizada reunião com os partidos políticos e os representantes das emissoras de rádio e televisão para elaboração do plano de mídia e o sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação.

Plantão

A Secretaria do Tribunal passou a funcionar em regime de plantão, a partir de 16 de abril, das 14 às 19 horas. Observadas as disposições constantes do Calendário Eleitoral e das portarias expedidas pelo Presidente do TRE-TO.

O TRE-TO conta com o serviço de Ouvidoria Eleitoral pela linha: 0800 646 800 e os cidadãos poderão tirar suas dúvidas e obter informações das 8 às 19 horas.

Greve dos caminhoneiros



Às vésperas do dia 3 de junho de 2018, o Brasil enfrentou uma greve dos caminhoneiros, a qual provocou o desabastecimento de combustível nos postos de gasolina do País, causando riscos à realização do pleito. Por sua vez, o presidente do Regional Tocantinense, desembargador Marco Villas Boas, acionou o Comitê de Segurança Institucional e promoveu o diálogo com os grevistas. Em

consenso, estes fizeram acordo para liberar um comboio de caminhões-tanque de combustível, para abastecer os postos de gasolina das principais cidades do Estado e assim dar continuidade à logística para o Pleito. A ação foi conduzida pela Polícia Rodoviária Federal, em parceria com a Polícia Federal, Polícia Militar e servidores da Justiça Eleitoral do Tocantins.

1º Turno

Passados os prazos processuais, a Justiça Eleitoral do Tocantins realizou o 1º turno da Eleição Suplementar, em 3 de junho. Dos 1.018.329 eleitores aptos a votar, compareceram às urnas 711.452 eleitores (69,86%). A totalização dos votos foi encerrada às 20h49.

Os tocantinenses escolheram o candidato Mauro Carlesse, pela coligação “Governo de Atitude” (PHS/DEM/PTC/PRB/PMN/PP/PPS), com 174.275 (30,31%) dos votos válidos. O segundo colocado foi o candidato Vicentinho Alves, da coligação “A Vez dos Tocantinenses” (PR /PPL / PROS /SD /PMB), com 127.758 (22,22%) votos válidos. Os votos nulos somaram 121.877 (17,13%), brancos 14.660 (2,06%) e uma abstenção de 306.877 eleitores (30,14%).

Como nenhum dos candidatos alcançou a maioria absoluta dos votos, foi necessária a realização do 2º turno.

2º Turno

Transcorridos os prazos eleitorais, a Justiça Eleitoral do Tocantins realizou, no dia 24 de junho, o 2º turno da Eleição Suplementar. A votação foi encerrada às 17 horas, e em 30 minutos mais de 78% dos votos já estavam contabilizados. A totalização foi encerrada às 19h15.

Com 368.553 votos, 75,14% dos votos válidos, os candidatos Mauro Carlesse para governador e seu vice Wanderley Barbosa foram eleitos para governar o Tocantins durante “mandato tampão”, até o dia 31 de dezembro de 2018. O segundo colocado, Vicentinho Alves, obteve 121.908 votos, 24,86% dos votos válidos.

O comparecimento foi de 663.297 eleitores (65,14%) e os votos válidos somaram 490.461 (73,94%). Votos em branco somaram 17.209 (2,59%) e os nulos 155.627 (23,46%).

A sessão solene de diplomação dos eleitos ocorreu no dia 9 de julho de 2018.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR 2018 PARA GOVERNADOR



MUNICÍPIOS

139



ELEITORADO

1.018.329



LOCAIS DE VOTAÇÃO

877 Locais de votação
297 Seções especiais



CANDIDATOS

7



URNAS ELETRÔNICAS

4.109 Seções Eleitorais
391 Seções Agregadas
3.718 Seções Instaladas
4.998 Total de Urnas Eletrônicas

17 Processos
1.738 Ações no PADLOG



FORÇA DE TRABALHO

40 Magistrados
345 Servidores
178 Efetivos
163 Cedidos/requisitados
4 Sem vínculo
151 Auxiliares
337 Apoio à Eleição



META DE APURAÇÃO

300 minutos



MESÁRIO

11.154 Mesários
3.051 Auxiliares



ORÇAMENTO

R\$ 10.924.322,00
R\$ 10,72 Custo estimado por eleitor



PROCESSOS

21 DRAP's

Planejamento das Eleições 2018 (1º e 2º turnos)



As Eleições Gerais 2018 foram planejadas no período de 18 a 25 de setembro de 2017, utilizando-se da metodologia de planejamento integrado, fundamentada na gestão por processos e ciclo da melhoria contínua, um dos princípios norteadores do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Para o pleito de 2018 (ordinário), foram planejadas 678 tarefas e 2.517 atividades

pertinentes aos processos do escopo do SGQ.

Para o segundo turno, o planejamento inicial foi revisado, adequando-se ao novo cenário.

Para esses pleitos, elaborou-se os infográficos abaixo, com vista a demonstrar o planejamento e a execução do Planejamento Integrado de Eleições:

Eleições 2018

No primeiro turno das eleições 2018, ocorrido em 7 de outubro, 831.214 eleitores tocantinos compareceram às urnas para a escolha dos candidatos aos cargos de deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente.

O segundo turno ocorreu em 28 de outubro, no qual 781.076 eleitores retornaram às urnas para escolher os candidatos a presidente da República e seu vice.

No Tocantins, os eleitos foram diplomados em sessão solene, realizada em 17 de dezembro de 2018.



Segurança nas Eleições

As demandas relativas à segurança foram coordenadas pelo Comitê de Segurança Institucional, coordenado pelo juiz membro Rubem Ribeiro de Carvalho, e representantes da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e Agência Brasileira de Inteligência.

Segurança durante votação nas aldeias indígenas

Cerca de 300 homens atuaram no suporte ao pleito eleitoral em 12 aldeias indígenas, garantindo assim uma votação segura para os 5.039 eleitores indígenas aptos. O Exército esteve nas aldeias da 32ª ZE de Goiatins (Aldeia Pedra Branca, Rio Vermelho e Cachoeira); 23ª ZE de Pedro Afonso (Aldeia Lajeado); 15ª ZE de Formoso do Araguaia (Aldeia Canuanã, Txuri e São João); 5ª ZE de Miracema (Cidade de Tocantínia e Aldeias Porteira, Rio Sono, Brejo Comprido e Funil).

Tecnologia

Seis aplicativos orientaram o eleitor, em tempo real, para obter informações sobre a apuração e ainda fiscalizar o pleito.

1. JE processos – acompanhar o andamento processual
2. Boletim na mão – acesso às informações do boletim de urna
3. Resultados – acompanhar a apuração do resultado após votação
4. E-título – via digital do título eleitoral
5. Mesários – auxilia o mesário
6. Pardal – fiscalização da propaganda eleitoral

Novidades no Registro de Candidatura

Representantes e advogados dos partidos políticos dos Diretórios Regionais do Estado receberam as novas informações e orientações a respeito do procedimento de registro de candidaturas.

O Evento foi realizado no auditório do Tribunal, sob a Coordenação da secretária judiciária Regina Bezerra, do coordenador judiciário Carlos Ancelmo e do chefe da seção de autuação, distribuição e registros partidários Adelson Ramos, que explicaram, ponto a ponto, as mudanças para as eleições de outubro.

A maior novidade foi a tramitação do processo de registro do candidato por meio do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Julgamento dos registros de candidaturas

Dos 360 processos que ingressaram no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, 321 foram deferidos, 15 indeferidos, 14 renúncias, 2 deferidos com recursos e 1 indeferido, com Recurso para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Todos os 16 Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) foram finalizados e tiveram suas situações julgadas regulares.

Orientações sobre Prestação de Contas

Tendo em vista as inovações relativas às regras de financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas, disciplinadas pela Resolução TSE nº 23.553/2017, o TRE-TO realizou um encontro com os representantes de partidos políticos, com o objetivo de disseminar o conhecimento e reduzir falhas nos processos de prestação de contas, além de ampliar as medidas de controle social e transparência.



Participaram do encontro representantes das direções estaduais dos partidos políticos, profissionais de contabilidade, advogados, candidatos e pré-candidatos.

Capacitação e orientações relativas ao pleito

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) disponibilizou em ambiente virtual, cursos de preparação para as Eleições 2018, o objetivo foi oferecer aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral conteúdos significativos, atualizados e sistematizados que pudessem auxiliá-los em suas atividades administrativas e jurisdicionais.



Na sede em Palmas, magistrados e servidores dos cartórios eleitorais participaram de encontro para tratar das inovações legislativas e tecnológicas relativas às Eleições 2018.

Treinamento de mesários

As eleições contaram com o apoio dos mesários nas mesas receptoras de votos e justificativas, auxiliando no processo de fiscalização do Pleito. Foram eles que receberam os eleitores, coletaram impressões digitais ou assinaturas e constataram os eleitores faltosos.

Para tanto, os mesários contaram com diversos recursos após disponíveis, inseriram modalidade *online*, a fim de instruir, auxiliar e capacitar para que pudessem exercer com excelência suas funções no dia do pleito, um deles foi o Canal do Mesário, em que era possível encontrar informações relacionadas às atribuições e benefícios concedidos.

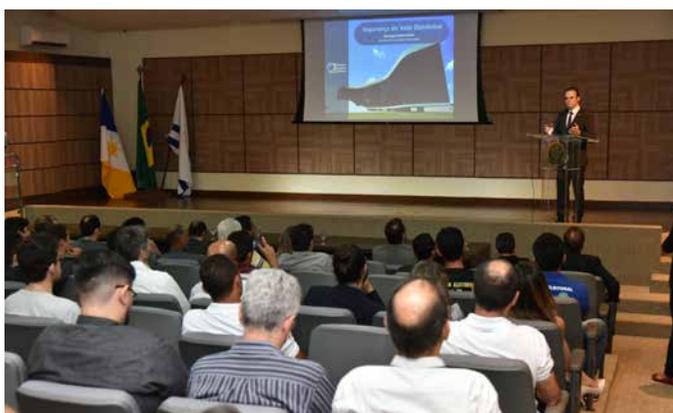
Para isso, os mesários receberam orientações em encontros realizados pelas 33 zonas eleitorais. No treinamento, foram disponibilizados materiais com instruções a serem seguidas no dia da votação.

Segurança da Informação e o combate à Fake News

Durante o Processo Eleitoral 2018, a disseminação de notícias falsas (fake news) relacionadas à segurança das urnas eletrônicas visava comprometer a imagem da Justiça Eleitoral em todo o País. Para combater as fake news, no âmbito nacional, o Tribunal Superior Eleitoral criou uma página na internet para desmentir as publicações inverídicas. E no âmbito regional, a equipe da ASCOM/TRE-TO desmentia as notícias falsas por meio de e-mails enviados a jornalistas e veículos de comunicação de todo o Estado.

Para esclarecer como o sistema eletrônico de votação funciona, os eleitores tocantinos tiveram a oportunidade de acompanhar a palestra: Segurança da Informação no Processo Eleitoral – Mitos e verdades sobre a Urna Eletrônica –, com o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), Giuseppe Janino, que falou sobre logística, visão geral do processo, segurança e transparência, biometria, testes públicos de segurança, indicadores, além de esclarecimentos sobre todo o processo eleitoral brasileiro.



Assista à palestra pelo QR Code.



O tema “Fake News na política e os impactos no processo eleitoral” foi debatido no IV Management & Meeting do Curso de Administração, promovido pela Faculdade Católica do Tocantins, com a presença do juiz auxiliar Márcio Gonçalves Moreira, professores, alunos e jornalistas.

Para combater as notícias falsas e melhor esclarecer o cidadão, também foram realizadas diversas entrevistas, veiculadas nos principais noticiários do Estado, sites de notícias e canais de comunicação do Regional.

Visita de representantes da plataforma WhatsApp

Os juízes auxiliares da propaganda receberam os representantes da área jurídica da plataforma WhatsApp, que se colocaram à disposição para o cumprimento rápido das decisões judiciais durante as Eleições 2018.



Cartilhas Informativas

Para orientar os eleitores e candidatos, o Tribunal publicou quatro cartilhas: Propaganda Eleitoral, Ações e Representações Eleitorais, Principais Crimes Eleitorais e Reforma Política. O material foi todo produzido por servidores da Justiça Eleitoral tocantinense, com vista à promoção do direito à informação aos cidadãos.



Auditoria da Votação Eletrônica

Os trabalhos da Comissão de Auditoria demonstraram à sociedade a credibilidade e a confiabilidade dos sistemas eletrônicos de votação. A Comissão realizou a auditoria nas 6 urnas sorteadas, em cada turno, de modo a mostrar à sociedade a confiabilidade do sistema eletrônico de votação.

A Comissão foi presidida pelo juiz Roniclay Alves de Moraes, com participação do procurador da República Paulo Marques e integrada por servidores do Tribunal.

O trabalho da Comissão de Auditoria foi público e pôde ser acompanhado por qualquer pessoa interessada, ou ao vivo pelo canal do YouTube e pelas redes sociais do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.



Assista ao vídeo sobre Auditoria da Votação Eletrônica pelo QR Code.

Segurança das Urnas foi ampliada com auditoria em tempo real

O processo de segurança das urnas eletrônicas foi ainda mais rigoroso com a auditoria em tempo real dos equipamentos. O procedimento inédito foi realizado em todo o Brasil.

Além das 3 urnas sorteadas para a auditoria da votação eletrônica, foram sorteadas mais 3 urnas do interior do Estado com a finalidade de auditar, em tempo real os sistemas.

A auditoria em tempo real verificou se as assinaturas digitais dos sistemas lacrados no TSE conferiram com as assinaturas constantes das urnas instaladas na seção eleitoral, imediatamente antes da emissão da zerésima e do início do pleito. A zerésima é o relatório emitido pela urna, antes da votação, que traz a identificação do equipamento e comprova que nele estão registrados todos os candidatos, e que nenhum deles computa voto, ou seja, que a urna tem zero voto.

A nova modalidade de auditoria ocorreu antes do início da votação, em seções eleitorais sorteadas na véspera do pleito, e foi acompanhada diretamente por representantes de partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público.

Auditoria 1º Turno

Urnas Sorteadas auditoria do sistema eletrônico

Zona Eleitoral	Seção	Local
29ª ZE de Palmas	256	Escola Municipal Pastor Paulo Leivas Macalão
25ª ZE de Dianópolis	31	Escola Estadual Virgílio Ferreira de Franca - município Rio da Conceição
15ª ZE de Formoso do Araguaia	52	Escola Municipal Domingos Alves Gama - Formoso do Araguaia

Urnas sorteadas auditoria em tempo real

Zona Eleitoral	Seção	Local
7ª ZE de Paraíso	40	Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins - Paraíso
2ª ZE de Gurupi	34	CEM de Gurupi
20ª ZE de Peixe	44	Escola Municipal Getúlio Vargas - São Valério da Natividade

Auditoria 2º Turno

Urnas sorteadas auditoria do sistema eletrônico

Zona Eleitoral	Seção	Local
29ª de ZE Palmas	496	Escola Municipal Luiz Gonzaga, 503 norte
26ª ZE de Ponte Alta do Tocantins	18	Escola Estadual José Alves de Assis
28ª ZE de Miranorte	49	Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante

Urnas sorteadas auditoria em tempo real

Zona Eleitoral	Seção	Local
1ª ZE de Araguaína	108	Escola Estadual Joaquim de Brito Paranagua
23ª ZE de Pedro Afonso	32	Município Rio Sono, Colégio Estadual de Rio Sono
35ª ZE de Novo Acordo	47	Município Aparecida do Rio Negro, Escola Municipal Luza Machado de Miranda.

Campanhas Institucionais



Vote

A campanha VOTE mostrou como o voto pode interferir no cotidiano das pessoas, e a importância de participar do processo eleitoral. A campanha foi veiculada nas redes sociais, na TV e no rádio.



Assista ao vídeo da campanha
Vote pelo QR Code.



A campanha foi vencedora do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, categoria mídia social.

Dona Eleição

A personagem Dona Eleição, que ganhou as redes sociais nas Eleições Municipais de 2016, voltou com um novo formato, mas mantendo a mesma linguagem despojada das redes. A personagem falou sobre as principais mudanças da reforma eleitoral, propaganda, crimes eleitorais, financiamento de campanha e muitos outros.



Eleições Sem Sujeira

Para conscientizar os candidatos e eleitores sobre as consequências do derrame de santinhos e material de campanha nas ruas, a Justiça Eleitoral do Tocantins mobilizou a sociedade por meio da Campanha “Eleições Sem Sujeira: candidato que suja a cidade não merece o seu voto”, através de publicidade no rádio, TV e redes sociais.



Assista ao vídeo da campanha Eleições Sem Sujeira pelo QR Code.

Dia da Eleição



A Justiça Eleitoral do Tocantins garantiu mais uma votação segura, transparente e célere para mais de um milhão de eleitores, durante as Eleições Gerais, nos 139 municípios tocantinenses.

Às 8 horas, os 870 locais de votação estavam prontos e mais de 16 mil mesários devidamente posicionados para receber os



eleitores. A eleição encerrou às 17 horas, iniciando a totalização dos votos.

Ao final da apuração, em coletiva à imprensa, o presidente apresentou um balanço do processo eleitoral até a apuração e ressaltou a importância do trabalho realizado pelos magistrados, servidores, mesários e equipes de segurança e apoio.



“

“Esse é o nosso exército de pessoas engajadas em realizar uma eleição com muita transparência, segurança, respeito ao cidadão eleitor e, evidentemente, aos partidos políticos e candidatos que concorreram ao pleito. Nossa missão foi cumprida com exatidão, escrupulos e muita honestidade, tivemos as auditorias realizadas com muito sucesso, de modo que tenho a dizer que tudo correu dentro da mais absoluta tranquilidade no estado do Tocantins e assim terminamos um feito inédito de realizar em um único ano quatro eleições, algo nunca antes ocorrido na história do País em termos de eleições na circunscrição estadual e eleições gerais; por isso, parabens a todos que trabalharam nessa eleição e também aos profissionais envolvidos em todo esse processo democrático.”

Desembargador Marco Villas Boas,
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do
Tocantins

Plebiscito define novo nome para a cidade Fortaleza do Tabocão

Durante a votação no dia 7 de outubro de 2018, foi realizado o plebiscito para a escolha do novo nome para o município de Fortaleza do Tabocão, por meio da votação eletrônica. Após votar nos candidatos para as Eleições Gerais, os eleitores procederam à escolha do novo nome para a cidade. As urnas foram configuradas com a referida pergunta: “Você é a favor da alteração no nome da cidade de Fortaleza do Tabocão para Tabocão”? O eleitor marcou sim ou não e confirmou sua escolha.

De acordo com o relatório da ata geral da consulta popular, dos 2.719 eleitores aptos a votar, 2.175 compareceram à votação, tendo sido registrados: 1.561 (74,83%) votos a favor; 525 (25,17%) contra; 41 (1,89%) votos em branco; e 48 (2,21%) nulos. O resultado foi homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprovou a alteração no nome da cidade de Fortaleza do Tabocão, para Tabocão.

Prestação de Contas

A Força-tarefa para análise das Prestações de Contas de Campanha das Eleições Gerais 2018, atuou durante trinta dias de trabalho intenso, incluindo os finais de semana e feriados.

Foram priorizadas as contas dos candidatos eleitos e suplentes para serem levadas a julgamento em prazo hábil, antes da diplomação.

Foram designados para esta atividade, 21 servidores, dentre sede e zonas eleitorais. A força-tarefa analisou 369 contas, sendo 62 consideradas prioritárias.

Todos os processos de prestações de contas dos eleitos e suplentes diplomados foram julgados pela Corte Eleitoral. A diplomação ocorreu em 17 de dezembro de 2018.

Avaliação das Eleições 2018

A avaliação das Eleições 2018 ocorreu, nos dias 3 e 4 de dezembro, nas dependências da Escola da Magistratura Tocantinense – ESMAT. Participaram do evento todos os servidores diretamente envolvidos nos processos do escopo de certificação da qualidade, com representantes de todas as zonas eleitorais, magistrados, Alta Direção e Comitê de Governança (Presidente, Diretor-Geral e Secretários).

Como resultado do processo avaliativo, 22 projetos de melhorias foram aprovados e encontram-se em fase de execução no Escritório Corporativo de Projetos, com previsão de conclusão até o próximo pleito.





Planejamento Integrado das Eleições 2020

No mês de maio de 2019, os gestores de processo se reuniram para fazer um alinhamento de conceito e decidir as principais atividades e tarefas para serem replicadas para todo o Estado. A ação ocorre por meio do Planejamento Integrado das Eleições 2020, e a novidade neste ano foi a entrega de três produtos: os riscos e indicadores revisados, e também o planejamento das eleições de 2020 nas zonas eleitorais, em níveis de processo, atividade e tarefa.

A ação obedece ao ciclo da melhoria contínua, um dos princípios da Gestão pela Qualidade, no qual o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins é certificado, bem como o cumprimento de sua política: realizar eleições com eficiência e eficácia, primando pela credibilidade e legitimidade do Processo Eleitoral no estado do Tocantins.

Após a revisão dos indicadores e tarefas, os ajustes são disponibilizados no Padlog, sistema administrativo interno das Eleições.



ELEIÇÃO ORDINÁRIA 2018



MUNICÍPIOS

139



ELEITORADO

1.039.439
5.039 Indígenas



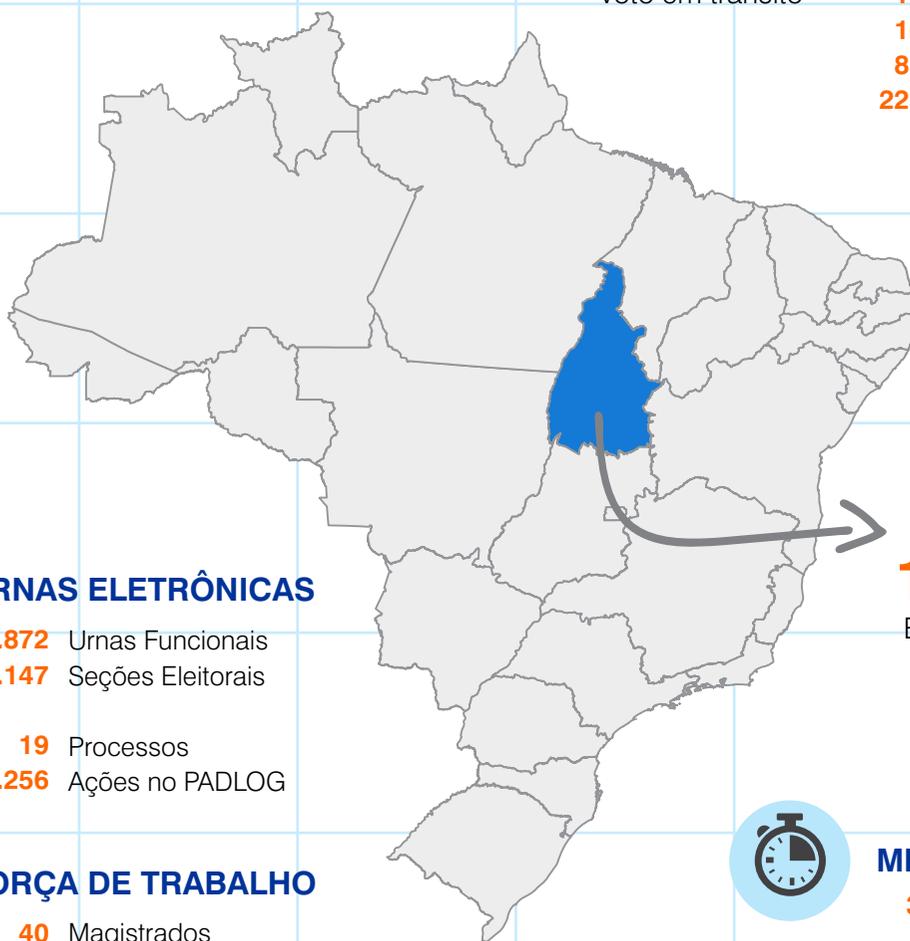
LOCAIS DE VOTAÇÃO

870 Locais de votação
1399 Solicitações de voto em trânsito



CANDIDATOS

5 Governador
10 Senador
10 1º Suplente de Senador
10 2º Suplente de Senador
85 Deputado Federal
225 Deputado Estadual



URNAS ELETRÔNICAS

4.872 Urnas Funcionais
4.147 Seções Eleitorais
19 Processos
2.256 Ações no PADLOG



FORÇA DE TRABALHO

40 Magistrados
351 Servidores
163 Terceirizados
337 Aa's
50 Estagiários
16.564 Mesários
2.271 Auxiliares Eleitorais
2.844 Policiais/Agentes



RESPONSABILIDADE SOCIAL

36 Ações
24.574 Cidadãos participantes



PONTOS DE TRANSMISSÃO

685 Pontos de Transmissão
22 Kit's SMSAT

POPULAÇÃO DO TOCANTINS

1.555.229
Estimativa IBGE 2018



META DE APURAÇÃO

300 minutos



MESÁRIO

11.154 Mesários
3.051 Auxiliares



ORÇAMENTO

R\$ 13.024.881,00
R\$ 12,52 Custo estimado por eleitor



PROCESSOS

16 DRAP's
364 RRC

